

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
CASTELO BRANCO**



ATA Nº 8

30 SET 2024



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ATA N.º 8/2024

Aos trinta dias do mês de setembro de 2024, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa, foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves, pela Primeira Secretária, Ana Sofia Santos Pereira, (em substituição de Carlos Simão Martins Mingacho) e pela Segunda-Secretária, Celeste Nunes Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

(A preencher nos termos do Regimento.)

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.

2. Aprovação da ata:

- Ata n.º. 7/2024, referente à sessão de 28 de junho.

3. Intervenções.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Appreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal e situação financeira do Município.

Ponto 2 - Discussão e votação da proposta de “1.º. Aditamento ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Castelo Branco e a União de Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo. Execução de Obras nos Edifícios Sede da União de Freguesias”. (Proposta n.º. 27/2024)

Ponto 3 - Discussão e votação da proposta de “Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras, no âmbito do “20.º. Convívio dos Jovens com 65 anos e mais”. (Proposta n.º. 28/2024)

Ponto 4 - Discussão e votação da proposta de “Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Junta de Freguesia de Castelo Branco, no âmbito da Prova de Down Hill Urbano de Castelo Branco/Edição 2024”. (Proposta n.º. 29/2024)

Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de “Participação de IRS – Definição de Percentagem a Cobrar sobre os Rendimentos de 2025”. (Proposta n.º. 30/2024)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ponto 6 - Discussão e votação da proposta de “Imposto Municipal sobre Imóveis. Fixação de Taxa de IMI em 2024”. (Proposta nº. 31/2024)

Ponto 7 - Discussão e votação da proposta de “Imposto Municipal sobre Imóveis. Definição de Dedução Fixa de IMI por Número de Dependentes a Cargo a Aplicar em 2024”. (Proposta nº. 32/2024)

Ponto 8 - Discussão e votação da proposta de “Imposto Municipal sobre Imóveis. Aprovação da Prorrogação do Período de Isenção para 2025”. (Proposta nº. 33/2024)

Ponto 9 - Discussão e votação da proposta de “Estatuto dos Benefícios Fiscais (Artigo 44.º-B – Outros Benefícios com Carácter Ambiental Atribuídos a Imóveis). Redução de 25% da Taxa do Imposto Municipal sobre imóveis a vigorar no ano a que respeita o Imposto, a aplicar aos prédios Urbanos com eficiência Energética”. (Proposta nº. 34/2024)

Ponto 10 - Discussão e votação da proposta de “3ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão). Grandes Opções do Plano e Orçamento do Ano 2024, da Câmara Municipal de Castelo Branco de Castelo Branco”. (Proposta nº. 35/2024)

Ponto 11 - Discussão e votação da proposta de “Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Junta de Freguesia de São Vivente da Beira - Jornadas Europeias do Património – Atividade: A Ribeirinha da Infância”. (Proposta nº. 36/2024)

Ponto 12 - Discussão e votação da proposta de “Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras – Apoio às Populações pelos Prejuízos Causados pelo Incêndio em Carrascal no dia 04/08/2023. (Proposta nº. 37/2024)

Ponto 13 - Discussão e votação da proposta de alteração do “Regulamento da Residência de Estudantes”. (Proposta nº. 38/2024)

III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

MEMBROS PRESENTES À SESSÃO

Jorge Manuel Vieira Neves, António Augusto Cabral Marques Fernandes, Catarina Isabel Ramos Proença (em substituição de Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo), Carlos Manuel Freire Antunes, Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho, Orlando Almeida Gonçalves Vicente (em substituição de Maria José Sobreira Rafael,) Joaquim Manuel Faustino (em substituição Francisco de Manuel Pombo Lopes), João Filipe Dias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ribeiro, Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida, André Manuel da Silva Bernardino (em substituição de Nuno Miguel Correia Teixeira Maia), José Alberto Moreira Duarte, Ernesto Candeias Martins, Maria do Carmo Almeida Nunes, João Miguel Correia Pereira (em substituição de Christelle Varanda Domingos), Ana Cristina Marques Lourenço, Joaquim Abrantes (em substituição de Carlos Simão Martins Mingacho), Daniel António Guerreiro Almeida, Maria Cristina Vicente Pires Granada, Armando Lopes Ramalho, Maria da Conceição Martins Pereira, Adelina Maria Machado Martins, Milena Cristina da Silva Marques Santos, José Afonso Antunes Custódio, João Filipe Nunes Valente Neves, José Dias dos Santos Pires, Maria Adelaide Silva (em substituição de José António Afonso Dâmaso), Pedro João Martins Serra, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo, João José Louro Ramos, Sandra Maria Duarte Lucas, Luís Manuel de Andrade, João Filipe Tavares Goulão, Celeste Nunes Rodrigues, José Carlos Ramos Dé, Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Baptista Perquilhas, António Manuel Varanda Marcelino e Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

MEMBROS AUSENTES À SESSÃO

Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Maria José Sobreira Rafael, Francisco de Manuel Pombo Lopes, Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, Christelle Varanda Domingos, Carlos Simão Martins Mingacho e José António Afonso Dâmaso.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA

Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Maria José Sobreira Rafael, Francisco de Manuel Pombo Lopes, Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, Christelle Varanda Domingos, Carlos Simão Martins Mingacho e José António Afonso Dâmaso.

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir:

Presidente da Assembleia Municipal –

Bom dia. Declara-se aberta a sessão deste órgão deliberativo, que decorre no Salão Nobre do Município e que, como habitualmente, está a ser transmitida em streaming nas redes sociais, em concreto nos sites do Município e da Assembleia Municipal.

Para recompor a Mesa, devido à ausência do 1º Secretário Carlos Mingacho, proponho, caso ninguém se oponha, a cooptação da Deputada Ana Sofia Pereira, Presidente da União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Caféde, para integrar a Mesa. Pergunto se há oposição a esta proposta?

Solicito à Deputada Ana Sofia que tome o seu lugar na Mesa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estamos assim, em condição regular, nos termos da Lei e do Regimento para podermos avançar na Sessão.

Exmo. Presidente da Câmara Municipal

Caras e Caros Deputadas e Deputados Municipais

Senhoras e Senhores Presidentes das Juntas e das Uniões de Freguesia do Concelho

Senhoras Vereadoras e Vereadores do Executivo Municipal

Caros Dirigentes e Funcionários Municipais

Saúdo os Múncipes presentes aqui e ainda todos aqueles que estão connosco remotamente.

E ainda cumprimento os elementos da Comunicação Social que vão acompanhar a sessão.

Sejam, portanto, todos bem-vindos à sessão da Assembleia Municipal de Castelo Branco, agendada formalmente de acordo com o Regimento e com a legislação em vigor.

Divulgamos os pedidos de ausência com indicação das respetivas substituições. Foram previamente comunicadas as seguintes alterações:

ASSEMBLEIA

GM-PS

Francisco Pombo Lopes	Joaquim Faustino
Carlos Mingacho	Joaquim Abrantes
Nuno Maia	André Bernardino
Christelle Domingos	João Pereira
José António Dâmaso PJF Lardosa	Maria Adelaide Silva Sec. JFL

GM-SMI

Pedro Crisóstomo	Catarina Proença
Maria José Rafael	Orlando Vicente

EXECUTIVO

PSD/CDS-PP/PPM

João Belém	Paulo Moradias
-------------------	-----------------------

Nesta perspetiva, estão formalmente justificadas as ausências referidas, bem como as respetivas substituições.

Estão presentes 40 Deputados Municipais distribuídos do seguinte modo por Grupos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

GM	PARTIDO SOCIALISTA	18
GM	SEMPRE (MI)	15
GM	PSD/CDS-PP/PPM	4
GM	CHEGA	2
GM	MPT	1

No que respeita ao Executivo Municipal, registamos a presença:

Presidente da Câmara, Leopoldo Rodrigues, e dos Vereadores: Hélder Henriques, Patrícia Coelho, (PS) ; Luís Correia, Jorge Pio, Paula Lisboa (S-MI) , Paulo Moradas (PSD/CDS-PP/PPM).

Nos termos do nº 3 do Artigo 37º do Regimento, solicito aos líderes de bancada, que façam entrega na Mesa da relação dos Deputados Municipais que vão intervir em nome dos Agrupamentos Parlamentares.

Quanto ao Período de Intervenção do Público que terá lugar no final da Sessão, de acordo com o ponto 2 do Art.º 39 (do REGIMENTO), os cidadãos interessados em intervir, para solicitar esclarecimentos, teriam de fazer, antecipadamente, a sua inscrição. Não há, até este momento, registo de qualquer intenção em intervir, mas, se não houver qualquer oposição dos senhores deputados, podemos manter aberta a possibilidade de inscrição pelo período de mais 5 minutos.

No que respeita à correspondência:

- Jornal da Associação Portuguesa de Deficientes e da Voz das Misericórdias
- Atas das reuniões de Câmara Municipal das reuniões,
 - o Ordinária de dia 17 de maio (Ata n.º 15)
 - o Extraordinária de 28 de maio (Ata n.º 16)
 - o Ordinária de dia 07 de junho (Ata n.º 17)
 - o Extraordinária de dia 13 de junho (Ata n.º 18)
 - o Extraordinária de dia 19 de junho (Ata n.º 19).
- Newsletters do Instituto Politécnico de Castelo Branco;
- VI Congresso Internacional de SILVER ECONOMY: Envelhecimento Activo y Saudável a realizar em Zamora;
- Convite | Inauguração do evento Sabores de Perdição'24;
- Reclamação RUÍDO Á NOITE NO CAMPO DE FUTEBOL DA CARAPALHA EM CASTELO BRANCO;
- Convite para Jantar/Conferência | na Guarda "Mobilidade Integrada - Eixo Beira Interior";
- Exposição de Múncipe sobre a oferta de serviços de programas na televisão digital terrestre (TDT);
- Exposição do Grupo Parlamentar do PCP AR - Processo de desagregação de Freguesias (Lei n.º 39/2021);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Reclamação de munícipe acerca da Difusão do sinal de TDT;
- Pedido de renúncia de mandato da vereadora Dra. Teresa Vaz;
- Comunicação da ANAM com o Resumo da Atividade da ANAM - 1º Semestre;
- Convite CESOP-Local | VII Seminário Anual CESOP-Local para o Desenvolvimento Sustentável;
- A Assembleia Municipal do Funchal, fez-nos chegar uma Manifestação de Solidariedade pelo incêndio que deflagrou em Louriçal do Campo e S. Vicente da Beira;
- ANAM informa que a Portaria nº 185/2024/1, de 14 de agosto, obriga à entrega de declaração de inexistência de conflitos de interesses destinada aos membros dos órgãos de administração, dirigentes e trabalhadores das entidades públicas abrangidas pelo Regime Geral da Prevenção da Corrupção;
- A ANAM solicitou informação complementar sobre a aplicação e alcance da Portaria no 185/2024/1, de 14 de agosto, com carácter urgente e recomenda que se mantenha o princípio de não assinatura de qualquer declaração por parte dos Deputados Municipais e dos Presidentes de Junta, antes de haver resposta ao solicitado.

Aprovação de ata:

Ata nº. 7/2024, referente à sessão de 28 de junho. **Posta à aprovação, foi aprovada, por unanimidade.**

Intervenções.

Presidente da Assembleia Municipal

Entrou na Mesa uma Recomendação à Câmara Municipal de Castelo Branco para atribuição do nome de Joaquim Morão ao Aeródromo Municipal, a primeira subscritora desta proposta é a Senhora Deputada, Cristina Granada que depois fará de acordo com o número 3, do artigo 31º. do Regimento, a apresentação desta Recomendação ao Executivo Municipal.

Temos também um Voto de Pesar pelo falecimento de José Ribeiro Henriques. A Assembleia Municipal de Castelo Branco lamenta e manifesta o profundo pesar pelo falecimento de José Ribeiro Henriques.

José Ribeiro Henriques foi fundador do projeto Centauro, o qual nasceu a 19 de junho de 1978 com a constituição da Empresa Castanheira, Henriques Cª. L.da.. A necessidade de expansão e especialização a nível produtivo deu lugar à formação, em 1992 da Centauro Portugal SGPS. Este grupo empresarial, de referência a nível nacional internacional, eleva o nome de Castelo Branco no panorama empresarial, pelo desempenho de excelência, amplamente reconhecido.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

José Ribeiro Henriques, técnico, empresário, fundador e líder da Centauro, dizia muitas vezes “se algo que não se pode copiar, isso é a experiência”, manifestando dessa forma a sua visão e valores de liderança. Castelo Branco reconhece o seu inestimável valor, baseado numa vida dedicada ao desenvolvimento do tecido empresarial do Concelho, que muito contribuiu para o crescimento e afirmação de Castelo Branco e da sua economia.

A Assembleia Municipal de Castelo Branco apresenta à família enlutada e amigos as mais sinceras e sentidas condolências.

Foi cumprido um minuto de silêncio.

Ernesto Candeias Martins (MPT)

Senhor Presidente da Câmara queríamos interpelá-lo em três aspetos que exigem informação e requerem a intervenção camarária:

1- Questões Hídricas e dos percursos de água no território-em especial o caudal do

Ocreza

A crise climática está a mudar perigosamente o fluxo dos rios estão a mudar – e a crise climática (os ecossistemas estão sob pressão) é a culpada pela perturbação do fluxo sazonal da rede fluvial. Estas alterações ameaçam ecossistemas ribeirinhos e a segurança hídrica e os recursos hídricos. Alertamos para uma “eutrofização” generalizada das albufeiras que implica uma degradação maior da qualidade de água no nosso território. A Câmara Municipal aprovou em reunião pública do seu executivo uma moção para uma intervenção imediata da Agência Portuguesa do Ambiente (e da Administrações de Região Hidrográfica (ARH), no sentido de inverter a situação em que se encontra o Rio Ocreza, por forma a garantir o cumprimento dos objetivos ambientais da massa de água a jusante da albufeira Marateca/Santa Águeda e a sustentabilidade ambiental, económica e social da região”. Ora esta situação preocupante compromete o estado ecológico do rio Ocreza e áreas envolventes. Porque não há no terreno uma equipa técnica para avaliar as razões deste abaixamento e realize um relatório?

Senhor Presidente e Senhores Deputados e Presidentes de Junta/União de Freguesias esta é uma matéria que sempre nos preocupou, várias vezes, nesta Assembleia, queremos a sustentabilidade do Rio Ocreza e manutenção do seu caudal ecológico. Ao contrário de anos anteriores, neste verão foi feita uma descarga de água da barragem Marateca ou Santa Águeda (dia 19 de julho) que foi claramente insuficiente, dado o atual estado do Rio. Necessitamos de uma política ambiental e dos recursos hídricos do nosso território e devia ter sido iniciada em executivos anteriores porque esta situação já teve outros momentos idênticos e não fizeram nada junto entidades competentes. Foi falta de estratégia e responsabilização?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

É urgente avaliar essas alterações significativas na subida e descida sazonal dos níveis da água do rio Ocreza e de outras ribeiras e rios do território e para nós ao contrário de outras forças políticas aqui presentes é uma medida política urgente numa avaliação técnica no terreno de ferramentas de Avaliação de Solo e Água (SWAT) (quantificação dos caudais e volume de água na bacia), um modelo hidrológico holístico calibrado e validado para as condições locais da bacia hidrográfica (caudal e volumes mensais do reservatório) de Santa Águeda e do Rio Ocreza de modo a tomar decisões políticas, entre elas um plano sustentável dos nossos recursos hídricos para as próximas décadas, a elaboração Carta da Água do Concelho, a construção da bacia - Barbaído como está o projeto desta barragem? Há pela parte Câmara um plano de armazenamento e retenção nos cursos de água com uma avaliação periódica (anual) dos seus caudais ecológicos?

Prevê-se em 2025 a segunda revisão do Plano de Ordenamento das Albufeiras de Santa Águeda e Pisco (POASAP), publicado em 2005 com revisão a cada 10 anos. Em 2015 nada foi feito e a Câmara anuiu a esta situação. Há, pois, uma **urgência** nesta revisão e ampliar com outros fatores relacionados com a proteção das áreas envolventes à albufeira. Exigimos um **plano integral da drenagem da bacia** com intervenções efetivas sobre as ilegalidades que persistem (construções ilegais, destruição de carvalhais, vedações ilegais e ocupações de terrenos públicos, agricultura intensiva ilegal, violações ao código de boas práticas agrícolas, entre outras). Igualmente congratulo-me pela ação do Sr. Presidente do **cancelamento do Bloco Sul da Gardunha do Projeto do Regadio** (15 milhões) que tanta critica fazem, alguns aqui presente, sem sentido, já que se fosse concretizado seria uma medida de enfraquecimento da bacia de Santa Águeda.

2.-Plano de ampliação e construção de rede municipal de creches

Senhor Presidente da Câmara perante o aumento e desespero dos pais de um número elevado de crianças em idade pré-escolar e/ou infantil a maioria deles não conseguem os seus desejos de verem os seus filhos a usufruírem de creches. Estará previsto para este ano 2024-2025 mais creches ou aumento da capacidade das atuais? Há a pretensão de uma reconversão de espaços previamente destinados à infância que possam ser utilizados para este fim, garantindo simultaneamente a manutenção das exigências de qualidade e segurança? Há um Plano Municipal de construção de novas creches? Qual a decisão municipal ao desafio do aumento de procura das famílias que não vêm satisfeitas as suas necessidades? Qual situação das instituições particulares em aumentar a capacidade desta resposta social, promovendo a simplificação de procedimentos para instalação e ampliação das creches existentes?

A Portaria n.º 190-A/2023, de 5 de julho -Publicação: Diário da República n.º 129/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-07-05, pág.2-5 (alteração à Portaria n.º 262/2011, de 31 de agosto) estabelece



as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches, sendo prioritário melhorar a conciliação entre trabalho, vida pessoal e familiar das pessoas, que implica reforçar a capacidade de resposta de creches, quer ao nível do aumento do número de lugares disponíveis, quer da diversificação dos serviços e horários. O aumento da capacidade de resposta das creches é fundamental para garantir igualdade de oportunidades no trabalho, para reforçar as condições para apoio às famílias com crianças e para garantir igualdade de oportunidades, quaisquer que sejam as condições socioeconómicas em que vivem.

3.-Situações prementes que exigem prioridade Senhor Presidente. Qual a situação da Nova Unidade de Saúde Familiar: prevê-se adiamento e porquê? Qual a situação da Academia de Futebol? Outra questão da funcionalidade camarária é se houve diminuição de licenciamentos dados no ano em curso o que faz prever que a construção e remodelação da habitação não está a responder às pretensões e desejos dos jovens e famílias? Ou seja, qual o ponto da situação do Plano da Habitação e, em especial, o da habitação social no Concelho?

Por outro lado, está o eterno adiamento da IC31.Houve recentemente uma reunião entre autoridades e empresários espanhóis e portugueses pode-nos dizer, Senhor Presidente a situação e o que foi resolvido nessa reunião e o que o atual Governo prevê nos próximos anos? Sabendo que falta um troço por concluir da parte espanhola e a Junta de Extremadura não incluiu no seu Orçamento em 2024 a sua execução.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)

Vou começar pelo início do ano escolar, como todos sabemos é uma altura bastante revolucionária para as nossas crianças e não pude deixar de constatar que durante o período de interrupção letiva que são quase 3 meses, corrija-me o Senhor Presidente se tiver errado, houve uma escola que teve uma intervenção que foi a Escola do Castelo, a reconstrução do telhado, mas depois o resto das escolas, esteve tudo parado durante o período da interrupção escolar. Achei de muito mau gosto, estarem a anunciar obras no princípio do ano escolar, quando parece que é uma medida e desculpe a sinceridade, de eleitoralista, que é “se fizermos obras, as crianças não estão na escola, parece que a obra não é feita”, como as crianças estão na escola, estão a fazer a obra, até vai suscitar neles a vontade de querer vir a ser pedreiros, ou trabalhar na área da construção civil, até compreendo, é didático, mas não é a atitude mais correta.

Vou dar um exemplo, o Senhor Presidente, estive na abertura do ano escolar na Escola Amato Lusitano, estavam lá os andaimes montados. Na Escola Afonso de Paiva estavam a colocar uma lomba em frente à escola, precisamente quando começou o ano letivo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Senhor Presidente, relativamente, a essas lombas colocadas na escola, isto porque há algumas Câmaras Municipais no país que estão a retirar as lombas, colocaram há alguns anos e nós estamos a pô-las agora. A minha questão, é se esse tipo de obra é feita com base em algum estudo, ou se fica melhor assim? Vou dar o exemplo da Escola João Roiz, colocaram aquelas lombas no meio da estrada, sinceramente, não compreendo se vem beneficiar quem ali passa, se passar uma ambulância que precise de ir com alguma velocidade, tem que abrandar e ir com menos velocidade. Ou seja, gostava de saber se há algum estudo para fazer este tipo de obras.

Outra situação ainda, reparei que já foi feito, na Escola da Carpalha, durante todo o verão parecia uma mata, ainda por cima, com cafés ali por perto, é um risco muito grande deixar aquilo nesse estado. Na questão das limpezas, reparei que as estradas nacionais são da responsabilidade da Câmara, portanto, daqui para Alcains foi muito tardia essa limpeza, aumentando o risco de incêndio. Se uma pessoa quiser ir a pé, não o poderá fazer, só se for no meio da estrada.

Depois outra situação, fiquei um pouco desagradado e não repararia nela, se não fosse pelo facto de andar um pouco pelos Municípios, devido à minha condição, nas aberturas de feiras, da forma como o protocolo é respeitado em Castelo Branco mais concretamente na Feira dos Sabores. Enquanto, toda a equipa estava à espera na Feira, uma Deputada nacional, o Senhor Presidente da Câmara e mais duas ou três pessoas escolhidas, não sei com que critérios, estavam a fazer a abertura da Feira.

Penso que não é de bom tom, estarem as pessoas na Feira à espera e só algumas estarem na abertura.

José Alberto Moreira Duarte (PSD/CDS/PPM)

Sempre que setembro chega, a cidade apresenta um movimento bem diferente.

O ano letivo que começa, e as nossas crianças e jovens a caminho das escolas, na procura de uma instrução, que lhe possa proporcionar um futuro melhor.

Exceção poderá ser, se este nosso governo conseguir inverter as tendências dos últimos anos, em que os problemas superavam claramente as soluções.

Posto isto, resta desejar a toda a comunidade educativa, um excelente ano letivo, e que o mesmo venha a corresponder as suas expectativas.

Permitam-me uma referência a um acontecimento ocorrido na nossa cidade, durante o mês de agosto passado.

Refiro-me a passagem da volta a Espanha, com final da terceira etapa em Castelo Branco.

Acompanhei de perto as movimentações da instalação de todos os preparativos para a chegada da etapa, assisti á chegada, e pude verificar o elevado profissionalismo demonstrado pela organização.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Um ambiente verdadeiramente desportivo e ao mesmo tempo competente e digno de ser reconhecido.

Assim, pela minha parte, não poderei deixar de dar os parabéns ao executivo pela aposta feita, trazendo a Castelo Branco um evento internacional que só nos engrandece.

Uma cidade como a nossa precisa de eventos que tragam a Castelo Branco gentes de outras paragens e de preferência em atividades bem diversificadas.

E que tal começar desde já a pensar no planeamento do próximo ano, de forma organizada, com eventos de caráter local, regional, nacional e se possível algum internacional.

Deixo o desafio e faço votos que o mesmo seja aceite.

Provavelmente será este o momento de pensar este planeamento, uma vez que está a chegar o momento de elaborar a proposta de orçamento para 2025.

Se nos lembrarmos que o próximo ano será um ano de eleições autárquicas, e esperando que o mesmo orçamento, não seja tão só eleitoralista, aproveito para lembrar o seguinte:

1. A rede de transportes da cidade estará adequada aos desejos dos albicastrenses?
2. Os empresários que acreditam em investir no nosso Concelho estão a ser acolhidos com a dignidade que merecem?
3. O apoio à terceira idade será suficiente para as carências atuais?
4. A política de trânsito na cidade estará a corresponder de forma a ultrapassar as lacunas do passado?
5. O apoio dado às associações e coletividades, estará adequado ao trabalho desenvolvido e respetivas necessidades?
6. Estaremos em condições de poder acreditar que os nossos jovens já poderão equacionar as possibilidades de viverem em Castelo Branco?

Os eleitos da coligação PSD/CDS/PPM, como sempre, estarão disponíveis para a análise de uma proposta séria e credível, quer ao nível do executivo, quer desta assembleia.

Acreditamos que é possível fazer diferente, e tudo faremos para que a diferença aconteça.

Tenho dito

Ana Cristina Marques Lourenço (SEMPRE-MI)

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, permita-me cumprimentá-lo, e na sua pessoa estender os meus respeitosos cumprimentos a todos os presentes neste Salão Nobre e na Assembleia Municipal, e também a todos os que nos acompanham online.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

As nossas questões são sobre desporto e os apoios às associações desportivas. Tivemos o cuidado de preparar questões rápidas, objetivas, concisas e incisivas. Esperamos que a resposta às mesmas também assim o seja, facilitando a vida não só a quem nos escuta e necessita urgentemente de uma resposta às falhas de gestão, com também ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, que assim consegue mais facilmente gerir o tempo de intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Começou, com a época a decorrer, a intervenção de substituição dos pisos de relva sintética na zona de lazer.

Não se compreende iniciar esta substituição apenas no final de setembro e terminar, na melhor das hipóteses, no final de outubro, com a época desportiva já em pleno.

Perguntamos:

O Senhor Presidente compreende o transtorno que isso causa às associações e aos atletas? Especialmente quando já se tinha chamado a atenção para a urgência de substituição destes pisos? Em abril deste ano houve inclusivamente mais algumas intervenções nesta Assembleia Municipal a chamar a atenção para esta necessidade.

O Senhor Presidente entende que, mais uma vez, a inoperância e a falta de proatividade na gestão, gerou um atraso que apenas criou instabilidade nas competições de formação?

Os apoios da época 2024/25 para as modalidades coletivas ainda não foram disponibilizados às associações. Estamos no final do mês de setembro, e mais uma vez, as equipas terão de iniciar as suas épocas desportivas sem saber que valores vão ser atribuídos.

O mesmo se passa com as modalidades individuais que ainda não sabem de nada.

Em bom rigor, sabemos que serão deliberados hoje, após esta assembleia municipal, alguns apoios, mas mais uma vez é uma deliberação falhada pois apenas serão deliberados apoios para as atividades coletivas, deixando de lado as modalidades individuais, que ficarão em suspenso e sem saber que valores vão receber ainda por mais tempo.

Perguntamos:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O Senhor Presidente entende as implicações e os transtornos que este atraso traz às Associações e aos atletas, que anseiam saber os valores dos apoios, de forma a poderem gerir e planificar as suas atividades desportivas?

O Senhor Presidente acha que as associações e os atletas, nos tempos que correm, têm condições para esperar tanto tempo por estes apoios?

Com a gestão e planificação das suas atividades constantemente em suspenso? Ainda por cima não sendo este processo de atribuição uma novidade para si, e depois de todos os alertas desde o início do seu mandato?

Por fim, apenas duas questões sobre a Academia de Futebol.

Perguntamos:

Onde está a concretização desse projeto? Prometido (em junho de 2023) que estaria concluído até 31 de outubro de 2024?

O projeto que foi deslocalizado do local inicial previsto, de forma a se concretizar mais rapidamente no tempo, devido às melhores e mais adaptáveis condições do novo espaço de destino?

Esperamos que não venha daí mais um dossier com estudos de implementação a que ninguém tem acesso, que tenha ditado a sua promulgação para outubro de 2025!

Perguntamos:

Acha que ainda vai concretizar este projeto?

O Senhor Presidente disse recentemente, por ocasião do aniversário de uma associação desportiva que o trabalho dos clubes e o investimento público nos mesmos, deveriam produzir mais resultados além do percurso de formação e que queria ver mais jovens chegar aos seniores.

Perguntamos:

A continuar a tratar o desporto desta forma, como é que pretende que isso aconteça? Quando na semana europeia do desporto não ter sido dado destaque, nem organizada uma semana do desporto, pela Câmara Municipal de Castelo Branco?

Por outro lado, com a ânsia de mostrar muita coisa, realiza-se uma semana da juventude com uma fraca feira do empreendedorismo, uma discreta feira do livro ainda por cima rotulada como patrocínio de uma bebida alcoólica.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

António Manuel Falcão Antunes (Presidente da União de Freguesias de Escalos de Baixo e Mata)

A Câmara Municipal de Castelo Branco tem vindo a dar alguns apoios ao longo destes últimos tempos, aliás nestes últimos três anos e vou nomear aqui alguns deles:

- Em aprovação nesta Assembleia Municipal - Convívio para os Jovens com mais de 65 anos em Sto. André das Tojeiras (€10.500,00);

- Em aprovação nesta Assembleia Municipal, Jornadas Europeias do Património, em S. Vicente da Beira (€1.300,00);

- Em aprovação nesta Assembleia Municipal, Prova de Downhill Urbano de Castelo Branco/Edição 2024, (€6.000,00);

- Aguarda ida à Assembleia de Freguesia para poder ser assinado, 10ª. Festiva de Zeca Afonso, em Malpica do Tejo, (€17.000,00);

- Aguarda ida à Assembleia de Freguesia para poder ser assinado, o Mercadinho da Criadilha”, e Festival dos Moinhos” – União de Freguesia de Caféde e Póvoa de Rio de Moinhos (€20.000,00);

- Aguarda ida à Assembleia de Freguesia para poder ser assinado, apoio na execução de empreitada designada “Obras nos Edifícios das Juntas de Freguesia de Cebolais de Cima e Retaxo” (€23.627,40).

As iniciativas de natureza cultural promovidas com o apoio da Câmara Municipal de Castelo Branco nas freguesias (coorganizações em que a Câmara paga uma parte ou tudo):

- Espetáculo de Fado na Freguesia da Lousa, com os artistas, Ana Lopes (Fadista), Gonçalo Barata, (Viola de Fado e Fadista), Miguel Lemos, (Guitarra Portuguesa);

- Espetáculo de Teatro “Que Corpo é Este que Anda por Aí” de teatro da estrutura Pé de Pano- Centro Cultural de Alcains;

- Espetáculo de Música com a fadista Raquel Maria, no Centro Cultural de Alcains;

- Espetáculo de Música “Homem da Carabina”, Centro Cultural de Alcains.

- Espetáculo com Orquestra Típica Albicastrense na Mata.

Obras nas freguesias, para dar um exemplo:

- Obras na sede Social Filarmónica de Tinalhas (€9.660,00), arranjos exteriores e instalação de gradeamento para segurança.

Estão aqui uma quantidade de obras, porque a cultura também faz falta e posso dizer que se o Senhor Presidente me permitir, quero dizer que há muita obra que está a ser feita e que brevemente serão lançadas. Há pouco fiquei muito triste quando ouvi aqui dois Deputados falar sobre as obras nas escolas que como toda a gente sabe os meses de julho e de agosto são as alturas piores para se fazer obras porque há falta de pessoal por causa das férias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Sobre as lombas, é preferível colocar lombas nas estradas pela segurança das pessoas do que não colocar lá nada. Preferem acidentes?

Armando Lopes Ramalho (SEMPRE-MI)

Das promessas eleitorais do PS nas últimas eleições autárquicas constava a diminuição do preço da água. Esta foi uma das promessas que o atual Executivo se apressou a cumprir. Aquando da sua aprovação por esta Assembleia constatámos o cumprimento de uma promessa, mas tivemos o cuidado de referir que não a considerávamos enquadrada numa política nacional de gestão parcimoniosa deste recurso fundamental para a vida.

Logo no primeiro orçamento, o atual executivo fez questão de incluir uma verba de €150.000,00 para promover os estudos e projetos para a construção da Barragem do Barbaído, para ser integralmente executado no ano de 2022. A bancada do Sempre – Movimento Independente, teve o cuidado de referir que considerava a referida verba insuficiente para a elaboração de um projeto de tal envergadura. Questionado por diversas vezes por esta bancada acerca da construção e do financiamento de este projeto, o Sr. Presidente chegou a afirmar que considerava a Barragem do Barbaído fundamental para o Concelho de Castelo Branco e, se fosse necessário, seria construída com verbas próprias do município.

Estas verbas deixaram de constar dos orçamentos do município e passaram para os serviços municipalizados, mas não lhe conhecemos qualquer execução.

Até à data não nos apercebemos da execução de qualquer verba relativa à execução desta obra, que considerou fundamental – nem para estudos, nem para projetos, nem para construção!

Senhor Presidente, estando no final das suas funções como Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, importa clarificar o estado da construção da Barragem do Barbaído:

1. Quanto custa a construção da Barragem do Barbaído e qual a sua capacidade (volume previsto de armazenamento de água nesta barragem)?
2. Esta obra, que considera fundamental, já foi submetida a qualquer candidatura para financiamento externo, ou já foi assegurado a sua construção ou o seu financiamento por entidades nacionais?
3. Qual o objetivo da construção da Barragem do Barbaído? Consumo humano, ou regadio, ou outro?

Aproveitamento Hidroagrícola da Gardunha Sul – Bloco da Marateca

A propósito deste projeto, com candidatura a financiamento assegurada pelo executivo que o precedeu, o Sr. Presidente na reunião de 30/12/2021 desta Assembleia, assegurou que iria envolver os albicastrenses na decisão de construção deste Regadio.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Passados quatro dias, a 03/01/2022, recebeu a decisão de aprovação da candidatura deste Regadio, por parte do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP).

Desde 13 de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2023, o Sr. Presidente foi pedindo adiamentos sucessivos à aceitação do Termo referente ao apoio concedido para a concretização deste Projeto.

Em 27/07/2024 o IFAP remeteu ao Município de Castelo Branco uma audiência prévia de decisão, à qual o Sr. Presidente respondeu em 07/08/2024, nos seguintes termos: “No seguimento da notificação enviada, o Município de Castelo Branco apenas terá condições para levar por diante o projeto (...) Aproveitamento Hidroagrícola da Gardunha Sul – Bloco da Marateca (...), se existir a garantia da construção da Barragem do Barbaído. Considerando que esta ainda não é uma realidade, solicita-se a prorrogação do projeto pelo período de um ano.”.

Em agosto de 2024 o Sr. Presidente voltou a afirmar junto de órgãos de comunicação social regionais da sua intenção de ouvir os albicastrenses.

Em 23 de agosto de 2024 o IFAP anulou a decisão de aprovação e indeferiu a candidatura ao financiamento do referido Regadio – com a sua inatividade, Sr. Presidente, a região de Castelo Branco perdeu 15 milhões de euros!

Muito estranhamos a sua abordagem demagógica deste problema – faz depender a concretização do projeto do regadio da Marateca da construção da Barragem do Barbaído, no entanto, não lhe conhecemos qualquer ação para que esta barragem seja uma realidade. Mais parece uma “pescadinha de rabo na boca”.

Senhor Presidente, quando empurramos os problemas com a “barriga para a frente”, outros decidem por nós! E nem sempre é a nosso favor!

Face ao exposto, diga-nos Senhor Presidente, neste espaço de quase 3 anos, quando e como ouviu os albicastrenses acerca do Regadio da Marateca?

Vai ou não construir a barragem do Barbaído como prometeu aos albicastrenses?

Vai ou não apresentar os estudos e as contas em que se baseou para afirmar que com o Regadio da Marateca faltará a água aos albicastrenses?

Carla Sofia Massano Lopes Carvalho (PS)

Tenho aqui apenas algumas questões que queria colocar sobre o Regadio da Marateca no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Armando Ramalho.

Primeira questão, esses quinze milhões que referiu, foram perdidos para quem? Para Castelo Branco, ou para os interesses do Fundão?

Segunda questão, o PS preserva muita coisa territorial, a solidariedade do território, mas não invertamos as nossas prioridades. As nossas prioridades são, em primeiro lugar, a defesa dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

albicastrenses e do Concelho de Castelo Branco e aquilo que o SEMPRE-MI tem que dizer de forma clara e cristalina, é de que lado estão, se estão do lado da defesa dos interesses do Concelho de Castelo Branco, ou se estão do lado dos interesses do Concelho do Fundão.

Daniel António Guerreiro Almeida (PS)

Na semana passada decorreu a Semana Europeia da Mobilidade e o mote para esta edição foi o “Espaço Público Partilhado” e não podia deixar de fazer um conjunto de considerações e até de congratulação ao Executivo Socialista.

E começo por fazer uma menção ao conceituado Arquiteto e Urbanista Jan Gehl, que exprime há 50 anos preocupações sobre a vida moderna, em especial, nas cidades e na delapidante evolução da ocupação dos carros no espaço público.

O seu celebre livro “A Vida Entre Edifícios” serve como guião, ao redor do mundo, para quem procura criar cidades para pessoas. Falamos, ora pois, de dar uma prioridade às pessoas - aos pedestres e aos ciclistas - convidando as pessoas a interagir com o espaço, porque um bom espaço público promove a socialização, cria dinamismo e institucionaliza a democracia. Esta é uma das grandes importâncias do espaço público partilhado e que este ano o Executivo Socialista decidiu promover.

Esta congratulação da associação da Câmara Municipal de Castelo Branco à Semana Europeia da Mobilidade não se prende pela manifestação de preocupações e boas práticas promovidas no evento, mas, por ser nele que o executivo demonstra as suas concretizações, e como elas nos colocam na dianteira da política de mobilidade entre os municípios portugueses.

O Mobicab tem sido um exemplo das novidades que este executivo do Partido Socialista tem introduzido em Castelo Branco. Uma estratégia para e pela mobilidade, em que o transporte público é mais acessível (por ser mais barato- sim, Senhores Deputados, há 10 anos, um estudante pagaria, por exemplo, 47€ por um passe escolar para se deslocar de Sarzedas a Castelo Branco, quando hoje é gratuito), abrangente (por ter maior cobertura geográfica), conveniente (por facilitar as necessidades das pessoas) e seguro (através dos novos equipamentos preventivos que temos instalado). O Município promoveu e incentivou durante esta semana a adoção do passe gratuito, o sistema de bicicletas partilhadas, inaugurou o Sistema de Via Verde para os Parques de Estacionamento Municipais e está à beira de assinar um Protocolo para um Projeto-Piloto de Mobilidade Integrada.

O Mobicab tem sido uma ótima experiência que deve ser partilhada e por isso, este Projeto-Piloto, procurará reclamar soluções de mobilidade que promovam uma eficiente utilização de recursos e adequados padrões de qualidade para a coesão, não só para Castelo Branco, mas para toda a Beira Interior ao longo do seu eixo industrial.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Bem podemos reconhecer, como a Autoridade de Mobilidade Terrestre, que os transportes coletivos regulares nas regiões de baixa densidade são economicamente poucos viáveis, com custos operacionais fixos elevados e pouco atrativos, quer para os prestadores, quer para as pessoas. É por isso que o transporte individual assume especial preponderância. E é por isso que precisamos de um novo modelo de mobilidade para esta realidade.

Castelo Branco faz parte, agora, de uma estratégia maior para melhorar a qualidade de vida no contexto local, com um espaço público mais dinâmico, acessível e seguro; e no contexto regional porque procura relacionar-se estrategicamente, no lado da oferta, para potenciar sinergias no emprego e no desenvolvimento de negócios e na construção da identidade da Beira Interior.

E antes que o Sempre venha criticar, partilho os prémios que o Município de Castelo Branco recebeu como “o mais amigo na mobilidade”, na categoria de Mobilidade, do Prémio Município Amigo do Consumidor da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor; ou o Prémio “Cidades & Territórios do Futuro”, da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações.

Estes prémios fazem ver a quem procura, constantemente, descredibilizar a ação política socialista na Câmara Municipal, que se não estivermos, constantemente, à procura de críticas sem nexos, temos de reconhecer o trabalho deste Executivo Municipal como o fazem inúmeras entidades isentas e independentes.

Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida (SEMPRE-MI)

Quem acompanhar os principais canais noticiosos de TV e Rádio, apercebe-se que estamos a viver a estação das famosas linhas vermelhas, num jogo perigoso entre os 3 maiores partidos políticos. Nada que não conheçamos em Castelo Branco depois de terem sido veementemente anunciados pelo nosso Presidente, as suas linhas vermelhas em plena campanha para este mandatado, mas por vezes estes dogmatismos partidários levam atitudes que esquecem as populações em detrimento dos interesses políticos.

Tenho de falar de moção chumbada pelo PS e MPT em setembro de 2022, aqui apresentada pela minha colega Maria José Rafael onde se propunha uma especial atenção a alguns cidadãos, cujo trabalho vai permanecendo na penumbra e apenas nos últimos anos começou a ser reconhecido. Refirmo-me aos agora chamados “CUIDADORES INFORMAIS”.

Deve ser muito duro ser cuidador, mas estou convencido que muitos deles nem sentem essa dureza e privação, quando o amor se sobrepõe a todas as dificuldades.

Não sou cuidador informal, por isso nem me fica bem falar muito sobre o seu dia a dia, pois só quem experiência esta situação está verdadeiramente habilitado (a) para o fazer.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Quero por isso deixar uma palavra de apreço ao programa “cuidar de quem cuida”, na pessoa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Castelo Branco e esperar que o possa ampliar, não só com a ajuda de outras entidades privadas, mas convencer o Município a disponibilizar mais recursos para poder abranger mais cuidadores, integrando também as outras freguesias neste programa.

Muito Obrigado.

Ernesto Candeias Martins (MPT)

Quando o MPT, na minha pessoa, se uniu à Câmara, o Senhor tem que entender que isto pertence ao projeto que deve ser estudado em termos sociais para todo o território. Eu sou a favor, não sei se o Senhor sabe responder, sobre as intervenções das equipas que possam ter dado apoio a esses cuidadores informais.

O Senhor veio aqui dizer que o MPT esteve de acordo com a Câmara, efetivamente, que sim e não nega, como é óbvio, mas deve esclarecer que fui muito mais longe, numa intervenção muito mais abrangente.

João Miguel Pereira (PS) –

Talvez para desanuviar aqui o ambiente com uma segunda-feira, bastante tensa.

Eu era miúdo e o meu sonho era saltar daquela prancha da piscina da Encosta do Castelo, mas nunca tive coragem porque era muito alta, mas todos os verões, tentava, subia as escadas e voltava para trás porque de facto aquilo metia medo. Eu sou mais um homem da terra do que propriamente dos saltos. Às vezes a questão de algumas vezes falarmos uns com os outros, é importante na política, ouvirmos os outros, todos temos que nos ouvir uns aos outros e encontrar soluções, em prol das nossas terras e, sobretudo, dos nossos concidadãos.

Penso que a iniciativa da Câmara de ouvir a sociedade civil e, nomeadamente, a Ordem dos Arquitetos, de poder trazer gente de fora independente e pô-los todos “à bulha”, desculpem a expressão, uns com os outros, no bom sentido, e de escolher a melhor ideia num processo interativo, participativo, é uma excelente iniciativa para um espaço que tem uma vista maravilhosa, não quero influenciar nenhuma decisão dos Arquitetos, mas é um espaço que é uma pena estar fechado e abandonado há tantos anos e como diz o povo nunca é tarde.

Pedro João Martins Serra (Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo)

Permitam-me iniciar a minha intervenção com a apresentação de um conjunto de fotos, para que possamos todos compreender melhor o tema que hoje nos reúne. Estas primeiras imagens referem-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

se ao incêndio ocorrido recentemente em Louriçal do Campo. Apesar da gravidade da situação, o vento acabou por nos livrar de uma tragédia de maiores proporções. Não podemos, no entanto, ignorar a velocidade assustadora com que o fogo se propagou: percorreu 5 quilómetros em apenas 4 horas, algo que nos deveria alertar profundamente para a fragilidade da resposta e preparação.

É com grande preocupação que constatamos que, passados 7 anos, o Louriçal continua a enfrentar os Verões com o coração nas mãos. O sentimento de insegurança está presente em cada cidadão, e isso não pode continuar a ser a nossa realidade. Urge uma reformulação profunda da estratégia de prevenção de incêndios e de proteção da nossa comunidade. Todos os intervenientes, desde as autoridades locais até às nacionais, precisam de refletir de forma séria e responsável sobre as falhas que se têm repetido, para que, ano após ano, a desconfiança da população não se intensifique.

Nos últimos Verões, o fogo tem sido uma ameaça constante, uma verdadeira sombra que paira sobre as nossas cabeças. Cabe às autoridades competentes a definição de um plano de ação eficaz, porque, caso contrário, continuaremos presos a discussões estéreis, como a que temos repetido ano após ano: "Será que ninguém consegue apanhar o incendiário?". É lamentável ter que afirmá-lo, mas a investigação tem falhado repetidamente. Em 7 anos, a comunidade de Louriçal do Campo não recebeu qualquer resposta satisfatória, nem viu a sua segurança restabelecida.

Este sentimento de impotência, que assola a população de Louriçal ano após ano, é insustentável. Esperamos, desejamos e, acima de tudo, exigimos que haja resultados concretos e que estes se materializem rapidamente.

Durante o último incêndio, ocorrido em setembro, é importante relembrar que todos os acessos ao local estavam devidamente limpos pela Junta de Freguesia, o que permitiu uma intervenção rápida e eficaz por parte dos bombeiros. O mesmo se verificou nas estradas municipais próximas do local do incêndio. É assim que gostamos de ver a nossa freguesia, Sr. Presidente, limpa, organizada e preparada, mesmo nas horas mais difíceis. Continuamos a dar o exemplo, mesmo quando enfrentamos as situações mais adversas.

Relativamente a este incêndio, após a conclusão do processo, incluindo a atribuição dos apoios necessários, tiraremos as devidas ilações e, a seu tempo, voltaremos a falar sobre o assunto.

Contudo, hoje, partilho mais um conjunto de fotos que ilustram como a situação poderia ter sido muito mais grave. Este incêndio foi mais um sinal claro de que o plano de erradicação das acácias na Serra da Gardunha tem sido, até ao momento, um fracasso em toda a linha.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Recordo que já tinha alertado para esta questão na Assembleia Municipal de junho de 2023. Na altura, manifestei a minha preocupação com o andamento deste projeto. Um ano depois, o cenário que agora vemos é desolador. As acácias continuam a proliferar descontroladamente. Como medida preventiva, informei as autoridades competentes, nomeadamente, a GNR, a Proteção Civil e a APA. Além disso, solicitei uma reunião com o Senhor Comandante dos Bombeiros de Castelo Branco no Louriçal do Campo, para o sensibilizar para a gravidade desta situação.

Senhor Presidente, como bem diz o provérbio popular, "o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita". E este é mais um exemplo de desorganização e falta de coordenação. Os problemas com os proprietários dos terrenos, as acácias que continuam no leito da ribeira da Ocreza e a espalharem-se pelas encostas da serra, criando vastas áreas de matéria combustível pronta a arder - e, pior ainda, já com mais acácias a nascer. Tudo o que se queria evitar, aconteceu.

Como mencionei em junho de 2023, se tivesse sido tida em conta a colaboração da Junta de Freguesia desde o início, muitos destes problemas já estariam resolvidos. Sr. Presidente, a comunidade de Louriçal do Campo merece uma explicação. Este projeto, que poderia ter sido uma grande conquista para a região, tornou-se num grande problema devido à falta de liderança e de experiência dos responsáveis no terreno. Quando visitou Louriçal no pós-fogo, Sr. Presidente, esta era a mensagem que a população queria transmitir-lhe: a inação, a falta de estratégia e a fraca experiência dos dirigentes não podem continuar a penalizar o elo mais fraco, que é a nossa comunidade.

É importante sublinhar que algumas das acácias junto às habitações foram retiradas, mas apenas por insistência da Junta de Freguesia e, infelizmente, só após o primeiro foco de incêndio. Esta remoção foi feita tardiamente, mas ainda assim sublinho que foi um passo positivo, embora tardio. Precisamos de ação imediata, não de procrastinação. Precisamos de responsabilidade. Precisamos de soluções rápidas e eficazes para este problema, sabendo, infelizmente, que no final do processo não restarão mais do que remendos sobre remendos, queixas, numa história que já conhecemos bem.

Outro tema que tem sido muito debatido é o da água - barragens, escassez, caudais ecológicos. No entanto, o que foi feito, ou está planeado, para garantir a proteção e o bom funcionamento do principal fornecedor de água a montante da Barragem da Marateca? Quando uma tempestade causar danos, corremos atrás do prejuízo, quando deveríamos estar na linha da frente da prevenção.

Gostaria de concluir esta intervenção com mais uma referência visual: a Casa das Eirinhas, situada na encosta oeste da Serra da Gardunha, consumida pelas chamas em 2017. Hoje, resta apenas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

um cenário de ruínas. A Junta de Freguesia contactou os Serviços Municipalizados de Castelo Branco, questionando sobre este imóvel. A resposta que recebemos foi a seguinte:

"Relativamente ao assunto mencionado, compreendemos a importância económica deste investimento, tanto para a Freguesia como para o Concelho. No entanto, estamos condicionados por um contrato celebrado entre o Município e o Estado Português, representado à época pela empresa Águas do Centro, S.A., agora Águas do Vale do Tejo, S.A. O titular do imóvel é a Câmara Municipal de Castelo Branco, que concedeu o imóvel, assim como todas as infraestruturas de água e saneamento, por um período de 30 anos, desde dezembro de 2007."

Não desistimos. Em contacto com a EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. - agendámos uma reunião no Louriçal do Campo. A EPAL, reconhecendo o potencial económico para a freguesia, concordou em abdicar do edifício sem qualquer contrapartida, mediante a inclusão de uma adenda ao contrato. Voltámos a contactar os SMAS, solicitando a planta do edifício, mas, após consulta aos arquivos, informaram-nos que não consta qualquer registo da edificação.

Em 2021, reuni-me com o Sr. Presidente, acompanhado do empresário interessado em investir no imóvel. Superámos todos os obstáculos e acreditámos que o processo estava encaminhado. Contudo, fomos surpreendidos: o processo parou. O edifício, afinal, não é da Câmara Municipal... ou será, Sr. Presidente? Embora ainda registado no nome dos antigos proprietários, o imóvel foi utilizado e mantido pelos serviços municipais durante os últimos 60 anos.

É lamentável que, após 3 anos, o Senhor Presidente, tendo conhecimento desta situação, nada tenha feito para resolvê-la. O empresário não obteve resposta, e a Junta de Freguesia também não. Pergunto-lhe, Senhor Presidente: é assim que se capta investimento? É assim que se potencializam as freguesias quando existe uma oportunidade?

Para concluir, considero caricato que, a 16 de outubro de 2023, a Câmara tenha enviado um ofício às Juntas de Freguesia, assinado por V. Exa., a oferecer apoio no registo de prédios rústicos e urbanos. Pergunto: em que ficamos, Senhor Presidente?

Muito obrigado.

José Dias dos Santos Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco) -

Por falta (ou medo) recorrente do contraditório, continuamos confrontados com um (muito sério) problema: apesar de não necessitarem de passaporte para que possam ser percorridos livremente, os territórios da ação política local exigem o conhecimento das fronteiras que nos obrigam, a todos os que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

neles nos movimentamos, aos valores e princípios que devem acompanhar sempre a dignidade da ação humana e no nosso caso específico a atuação política.

Contudo, a não resposta a tal exigência (que ultimamente tem sido, infelizmente, frequente), ou melhor: o seu ignorar intencional, têm determinado um desencanto e uma desinformação crescente das pessoas perante a ação política e os seus atores.

Refiro-me, especificamente ao Projeto do Regadio Gardunha Sul – Bloco da Marateca, que pretendia abranger os Concelhos de Castelo Branco e Fundão, numa área conjunta de 2000 hectares a irrigar com água captada na albufeira de Santa Águeda cuja realidade é, como todos deveríamos saber, preocupante pelo seguinte:

1. Está assoreada (segundo estudos recentes com valores próximos dos 45% correspondentes a 15,5 hectómetros cúbicos) o que exige uma avaliação oficial do assoreamento e uma eventual dragagem;
2. Está eutrofizada devido a contaminação por fósforo de águas residuais, ao desaguamento na albufeira dos lixiviados da agricultura, do gado;
3. Está ameaçada por práticas agrícolas abusivas na faixa de proteção e na faixa reservada;
4. Tem por rever desde 2015 o seu ordenamento (POASAP) por forma a aumentar a faixa de proteção da albufeira.

Na realidade, o Projeto do Regadio Gardunha Sul – Bloco da Marateca, se fosse implementado originaria, de acordo com a opinião pública e publicada de incontestados especialistas na matéria:

1. Impactos ambientais muito negativos;
2. Uma enorme redução da capacidade útil da albufeira para consumo público;
3. Um previsível aumento dos custos de tratamento da água da albufeira.
4. Exponenciaria a jusante da Albufeira as já existentes dificuldades de pequenos agricultores, criadores de gado e outros utilizadores perante o diminuto e por vezes inexistente fluxo de água do Rio Ocreza, cujo caudal ecológico importa garantir.

Para além das vaidades (preconceitos e teimosias) individuais que não nos têm levado a lado nenhum, estamos perante os desafios e os compromissos de tratar bem as memórias e oferecer aos cidadãos a possibilidade de se identificarem com os lugares onde vivem e a comunidade que com eles constituem.

Trata-se de politizar e comprometer, na melhor aceção destas palavras, para um propósito comum: enraizar a convicção de que uma comunidade sem memória é uma comunidade sem história, uma comunidade sem informação fica sujeita a que qualquer oportunismo (que continua a bater-nos à porta) segue o que ela tiver de melhor e depois a abandone, deixando-a estagnada em todas as dimensões.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Perante o anteriormente referido, só quem anda há demasiado tempo desatento às questões essenciais, e recorrentemente insiste nas oportunidades perdidas e nas potencialidades desperdiçadas, sem explicar claramente quais são os interesses e porque defende os interessados que estão, e sempre estiveram, associados ao Projeto do Regadio Gardunha Sul – Bloco da Marateca, pode continuar a defender tal projeto, sem fundamento plausível e em arrepio absoluto do que importa às populações servidas pela albufeira de Santa Águeda,.

Quando ganharemos consciência de que o grande desafio que enfrentamos é o de não temer preservar, restaurar ou promover os patrimónios comunitários orientados para a produção de práticas geradoras de serviços comunitários essenciais, como os que decorrem da albufeira de Santa Águeda, património que importa enraizar num sentimento de pertença comunitário, repudiando, se necessário, o que e quem o possam ameaçar?

Importa, é claro, pressionar, sem tibiezas, quem deve ser pressionado, e assim faremos, para que, de imediato, se resolva o assoreamento e a contaminação da massa de água que nos abastece nas nossas casas e, num futuro muito próximo, seja garantida a construção da barragem do Barbaído e que, posteriormente, isso permita equacionar e garantir um regadio a jusante da Albufeira que seja ambientalmente sustentável.

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM) –

Não sou especialista, em termos, de segurança rodoviária, mas posso garantir que tive muitos anos de experiência em segurança das pessoas, de gestão para evitar acidentes pessoais. Não querendo ir contra o que o colega João Ribeiro aqui disse, que havia muitos Municípios que estavam a retirar as lombas, no entanto, já tive a oportunidade de dar os parabéns a um Autarca, em concreto, porque pessoalmente defendo que é a forma mais correta, estão a fazer passadeiras elevadas, não são muros, como já existiu, e como temos alguns em Castelo Branco que são bastante elevados, mas passadeiras elevadas que por acaso são calcetadas com uma durabilidade elevada, suaves, mas que fazem todos os carros pararem e é no local onde as pessoas têm que atravessar a via pública, isso de certeza que tem um impacto significativo. Eu cruzo o interior do país muito frequentemente e vejo muitos Municípios, muitas aldeias a fazer isso, não ando só em autoestradas, pelo contrário que são muito caras.

Aqui, digo que não sei se será a solução das almofadas a mais correta, mas é melhor que nada se já existe essa opção, pode ser economicamente, em termos, de tempo mais viável, o que defendo é que seja estendida para as populações rurais, onde não existem. Se retiram aquelas antigas, as lombas pretas que se soltavam, uma realidade, mas tem que se caminhar para proteção da população e evitar as mortes na estrada e isso tem que ser a principal responsabilidade do Município porque se isso não acontecer, quero saber se depois se responsabiliza um dia que haja um acidente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Maria Cristina Vicente Granada (PS)

Vou passar a apresentar a Recomendação à Câmara Municipal de Castelo Branco – Atribuição do nome de Joaquim Morão ao Aeródromo Municipal.

“O Aeródromo Municipal de Castelo Branco tem tido, ao longo dos anos um crescimento sustentado, sendo, neste momento, foco de vários investimentos que lhe darão um novo impulso e uma maior importância enquanto infraestrutura de transportes e de suporte à atividade económica, bem como às atividades da Proteção Civil, nomeadamente, o combate aos incêndios com meios aéreos.

O Município de Castelo Branco está neste momento a trabalhar na imagem institucional e de promoção do Aeródromo Municipal, de forma a ajudar ao seu crescimento e afirmação no plano regional, nacional e internacional.

Neste contexto, é da mais elementar justiça lembrar que a criação deste Aeródromo foi uma obra, como tantas outras, do Ex-Presidente Joaquim Morão, que teve a ideia e executou a obra que hoje nos permite fazer esta aposta e perspetivar esta possibilidade adicional de alavancagem do desenvolvimento do Concelho.

Assim recomenda-se à Câmara Municipal de Castelo Branco, passar a designar-se “Aeródromo Municipal Comendador Joaquim Morão.”

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)

Obrigado Senhor Presidente, não posso deixar de concordar com todas as observações que fez, relativamente, ao Aeródromo, uma obra bastante importante para a nossa cidade, mas acho que devemos analisar a vida e a conduta das pessoas, não querendo deixar passar aqui de forma alguma, o contrário, uma mancha sobre o que foi o currículo do Comendador Joaquim Morão à frente desta Câmara Municipal, mas como todos sabemos, por aquilo que vi, os subscritores da proposta, parece que só vemos aquilo que queremos ver e quando, eventualmente, vem uma proposta destas à Assembleia Municipal é curioso. Refiro-me, concretamente, ao alegado envolvimento do Comendador Joaquim Morão em vários processos que estão ainda decorrer.

Nós corremos o risco de estar a dar um nome a um Aeródromo e depois vir a ser manchado como o PS já nos habituou a esse tipo de situações com ex-dirigentes que estão envolvidos em processos que nunca acabam. Penso que não é de bom tom, não é a decisão mais correta dar um nome a um Aeródromo de uma pessoa que está envolvida em vários processos, alguns com ramificações nacionais. É verdade que até se comprovar o contrário, as pessoas são inocentes, mas penso que é melhor esperar que os processos se concluam e depois tomar uma decisão a esse nível.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Não quero aqui dizer que a obra que o Senhor Comendador Joaquim Morão fez pela cidade, antes pelo contrário, deixou um cunho na cidade e é de valorizar, mas uma decisão destas, neste momento, quando está envolto em processos.

Esta é a opinião que queria deixar.

Presidente da Assembleia Municipal

É preciso recordar que até prova em contrário todas as pessoas são inocentes.

António Augusto Cabral Marques Neves (SEMPRE-MI)

Foi-me apresentada a mim esta proposta e subscrevi, igualmente a mesma.

Quero dizer ao SEMPRE-MI que assumi este compromisso de modo individual sem ter tido a oportunidade de vos consultar, mas, naturalmente, que votarei a favor desta proposta de Recomendação à Câmara Municipal. O Comendador Joaquim Morão, por enquanto, é arguido e, enquanto, arguido que é, não devemos fazer julgamentos na praça pública.

Foram também apreciadas e votadas, no Período de Antes da Ordem do Dia, 1 Voto de Pesar e uma Recomendação:

Recomendação à Câmara Municipal de Castelo Branco – Atribuição do nome de Joaquim Morão ao Aeródromo Municipal

Aprovado, por maioria, com 2 votos contra do GM CHEGA.

Voto de Pesar pelo falecimento de José Ribeiro Henriques.

Aprovado, por unanimidade.

Presidente da Câmara Municipal

Começo por esclarecer as questões que aqui me foram colocadas e começava pelo Senhor Deputado Ernesto Candeias, relativamente, às questões relacionadas com água e com o rio Ocreza e aquelas que são intervenientes a este aspeto.

De facto, o rio Ocreza está numa situação que diria, trágica, em muito do seu percurso não existe água, as questões ambientais não foram salvaguardadas e estamos do meu ponto de vista numa situação crítica, relativamente, ao rio e a toda a vida que devia existir à volta do mesmo.

Fez uma questão muito concreta sobre alterações climáticas e o Plano da Água e posso informar que o temos pronto para discussão pública, o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Município de Castelo Branco, onde estas e outras situações serão colocadas à discussão dos nossos concidadãos.

No que diz respeito à situação da Unidade de Saúde Familiar, é de facto uma situação que está em desenvolvimento, colocamos a obra em concurso, depois de um longo processo de elaboração de projeto e aprovação, do mesmo, bastante mais longo que aquilo que seria desejável, o que é certo, é que já abrimos as propostas e iremos submeter a Visto do Tribunal de Contas para que depois possamos avançar com a execução da mesma.

No que respeita à Academia de Futebol que é um assunto que muito entusiasma os Membros desta Assembleia Municipal e, ainda bem, porque isto significa que é algo que interessa e é marcante para o território. Como sabe, abraçamos também, a mesma, com entusiasmo, fizemos um protocolo com a Federação Portuguesa de Futebol, onde estiveram presentes, o Senhor Presidente da Federação Portuguesa de Futebol e também o Senhor Presidente da Associação de Futebol de Castelo Branco que é ele também o beneficiário da Academia de Futebol e, nesse sentido, desenvolvemos os procedimentos para levarmos por diante esta mesma Academia de Futebol. Podemos limitar o estava previamente previsto, fazer um campo relvado e o outro mais pequeno que ajudasse à prática do futebol e ao desenvolvimento da Academia de Futebol. Como entendemos que a nossa Zona de Lazer e os equipamentos que estão adstritos à mesma, tem potencialidades que vão para além disso, desafiamos a Federação Portuguesa de Futebol e a Associação de Futebol de Castelo Branco, a pensar num projeto maior que nos permita no futuro melhores respostas. E, por essa mesma razão, para além de localizarmos a Academia de Futebol na Zona de Lazer e junto à Pista de Atletismo, já iniciamos na passada semana, as obras de enrelvamento do interior da Pista de Atletismo para aí termos um campo de futebol de relva natural e recorde que temos apenas em Castelo Branco um campo de relva natural que é do Vale do Romeiro que em determinada altura do ano fica muito limitado porque é necessário proceder ao tratamento da relva e, portanto, deixa de haver atividade desportiva, mas esse enrelvamento está a acontecer e ao mesmo tempo e de modo a dar condições também logísticas, à Academia de Futebol e à Associação de Atletismo e também ter a possibilidade de outro tipo de atividades na Academia de Futebol e na Pista de Atletismo. Estamos a concluir o projeto, penso eu, porque já tinha pedido ao Arquiteto responsável, brevidade, mas ainda não conseguiu acabar o projeto para as bancadas que irão albergar a parte mais logística e também para um pavilhão desportivo que ficará afeto a este espaço.

Relativamente, às suas restantes questões, Senhor Deputado, a Reunião da Aliança Territorial Europeia, como é conhecido, estamos em articulação com os nossos vizinhos espanhóis do norte da Estremadura, a trabalhar no IC31, há aqui também um movimento muito forte, tanto no lado português, como do lado espanhol uma luta para que esta estrada se concretize. Não sei se já informei a Assembleia, eu próprio, o Presidente da Comunidade Intermunicipal e também o Senhor Presidente da Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Municipal da Sertã, reunimos com o Senhor Ministro das Infraestruturas a quem explicamos a importância deste projeto para Castelo Branco, mas não apenas para Castelo Branco, para o país e para o norte da Estremadura. Fomos recebidos com a cordialidade e também com interesse, mas para além disso, estamos a desenvolver um conjunto de iniciativas.

Uma das iniciativas e na perspetiva da importância deste investimento e deste projeto nacional, faz precisamente, hoje, oito dias, na Nazaré em que para além de eu próprio e de mais um conjunto de autarcas, nomeadamente, Presidentes de Freguesia e de Uniões de Freguesia, esteve o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Nazaré, também o Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal do Oeste porque entenderam que é um projeto que também a eles interessa e que devem lutar pelo mesmo. Para além destes, estiveram vários Autarcas do lado de Espanha e Associações, do lado português, também estiveram várias Associações.

Continuaremos a desenvolver este tipo de atividades, no dia 21/10 faremos aqui o segundo encontro desta Aliança Territorial Europeia, aqui em Castelo Branco e estão todos convidados para participar porque todos juntos, maior será a nossa força na luta deste projeto.

Senhor Deputado João Ribeiro coloca a questão das escolas e das intervenções, nas mesmas, de coincidirem ou se arrastarem até ao início do ano letivo.

Durante este verão, o período de interrupção letivo, fizemos várias intervenções nas escolas, construímos um novo espaço, uma sala de aulas na Escola Primária das Sarzedas que é um bom sinal porque a necessidade de mais uma sala é exemplificativa do aumento do número de alunos. Aconteceu o mesmo na Escola Primária do Salgueiro do Campo, onde também preparamos durante o verão, o novo espaço para mais uma sala, também resultado do aumento do número de alunos. Fizemos uma intervenção na escola de S. Vicente da Beira. Fizemos durante o ano letivo um conjunto de intervenções em várias escolas, nomeadamente, em Tinalhas e outras, onde colocamos aparelhos de ar condicionado e também em algumas situações, a substituição de portas e janelas e fizemos na Escola Afonso de Paiva durante o verão também, a recuperação dos balneários da mesma.

Recordo que a Escola Afonso de Paiva teve várias intervenções, uma primeira, em que se construiu uma Escola de 1º. Ciclo, teve depois uma segunda intervenção em que se demoliu o antigo ciclo e se construiu uma nova escola, tendo ficado para trás os balneários do pavilhão da Escola Afonso de Paiva. E, foi isso que fizemos durante este verão, a melhoria desses balneários que hoje estão como novos, servem de forma digna os alunos que frequentam a Escola Afonso de Paiva e não só, como sabem, também é utilizado por muitos grupos informais de cidadãos e também por Associações.

Referiu-se ainda à questão das passadeiras. A questão das passadeiras é algo que temos que equacionar. Referiu-se mais propriamente às passadeiras da Avenida de Zhuhai, temos previsto uma intervenção que vamos lançar um concurso, em breve, para resolvermos o problema do canal lateral à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Avenida de Zhuhai que como sabem tem causado grandes constrangimentos na cidade, nomeadamente, em alturas de muita chuva.

Estamos também a concluir o projeto para a requalificação da Rua Eugénia Lima que vem confluir com a Avenida de Zhuhai e faremos uma outra intervenção na Avenida de Zhuhai.

Ao longo destes três anos de mandato, fomos várias vezes questionados e foi-nos várias vezes pedido que tivéssemos algum cuidado, ou alguma atenção à circulação rodoviária na Avenida de Zhuhai. Vários Encarregados de Educação e também cidadãos, fizeram chegar à Câmara Municipal a informação ou pelo menos a preocupação, relativamente, à velocidade dos veículos automóveis naquele espaço, principalmente, em frente à entrada da Escola João Roiz. Como é nossa obrigação, ouvimos aquilo que nos foi dito e decidimos, em primeiro lugar, reavivar a pintura junto à Escola e por outro lado, instalar as almofadas que estarão colocadas até fazermos a intervenção prevista.

No que diz respeito à abertura da Feira, peço desculpa se houve um mal-entendido, no que diz respeito, ao protocolo. Estive aqui na Câmara e algumas pessoas vieram ter comigo, não houve convite nenhum, as pessoas que me acompanharam, vieram aqui ter comigo e fomos em direção à Feira. O primeiro espaço da Feira, foi aqui em frente à antiga Caixa Geral de Depósitos, onde já havia muita gente e fomos circulando pela Feira.

Há aqui uma questão, também importante, no que diz respeito, aos lugares que por vezes nos causam incómodos em algumas situações que tem a ver com as confirmações de presença. O protocolo faz o seu trabalho, no sentido, de identificar as pessoas e os lugares onde se vão sentar e acontece com alguma frequência, termos atividades, aberturas e inaugurações e depois no momento da inauguração confrontamo-nos com um conjunto de pessoas que têm lugares, em termos, de protocolo, mas que não informaram que iriam estar presentes o que nos deixa numa situação um pouco desagradável, sobretudo, a quem tem este trabalho.

Senhor Deputado José Alberto Duarte, fala-nos sobre a questão da Volta a Espanha em Bicicleta que teve uma etapa aqui na cidade de Castelo Branco. Foi de facto, um momento muito importante para a afirmação de Castelo Branco. Estivemos em direto em mais de 190 países, com imagens da nossa cidade e de diferentes locais, a cidade movimentou-se, infelizmente, os lugares disponíveis em hotéis foram insuficientes para acolher na cidade aqueles que gostariam de ter pernoitado, ainda assim, durante a semana e, sobretudo, nos dias antes, durante e depois da passagem, completou-se aquilo que era a oferta hoteleira e faz-nos refletir acerca deste aspeto do aumento da capacidade hoteleira.

Em termos desportivos a presença de uma prova com esta dimensão, é também incentivadora do desporto e, nomeadamente, da prática do desporto em bicicleta.

Quanto a outros eventos e já agora também o esclareço porque algumas pessoas ficaram com esta dúvida. Nós não tivemos a final de uma etapa da Volta a Portugal este ano, por uma questão de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

calendário, o final de uma etapa da Volta a Portugal, teria a diferença de poucos dias e entre optar por uma presença da Volta a Portugal e a Volta a Espanha pela dimensão e pela projeção internacional, optamos por acolher a final da Volta a Espanha, sendo que a Volta a Portugal passou pelo coração da nossa cidade, nomeadamente, pela Avenida N' Alvares e também aqui em frente ao Município.

Quanto a eventos continuaremos a captar eventos de dimensão nacional e internacional.

Quanto aos empresários, Senhor Deputado, estamos a fazer o nosso trabalho com os empresários. Como sabe, as questões de atração de investimento, devem ser tratados sempre com muito cuidado e também com alguma descrição e é nesse sentido que o estamos a fazer.

Tivemos o grato prazer de na semana passada ter assinado aqui no Salão Nobre da Câmara Municipal, contratos com duas novas empresas em Castelo Branco, uma das empresas, é direcionada para a produção de plantas medicinais que virá trabalhar para Castelo Branco, investigar e ao mesmo tempo desenvolver o seu projeto empresarial. A outra empresa, a Inforfone que já há bastante tempo, temos vindo a articular, os contactos com esta empresa, primeiro, houve uma manifestação de interesse, por parte, desta empresa vir para Castelo Branco e como não poderia deixar de ser, fomos conversando até se concretizar a presença efetiva da empresa. É uma empresa que decide descentralizar a sua sede de Lisboa para Castelo Branco. Para além daquilo que é a sua atividade principal, neste momento, é uma atividade comercial, de instalação de cabos, relacionados com comunicações, vão instalar em Castelo Branco uma fábrica, em que o investimento ronda os cinco milhões de euros, para produção de cabos para comunicações. É um projeto inovador e como foi dito pelo Presidente do Conselho de Administração do Grupo, a instalação da empresa deve-se muito também à forma como foram acolhidos e à disponibilidade do Município para a criação de condições.

Relativamente às IPSS, se estão a ser apoiadas como devem, temos preocupações com as IPSS, já referimos aqui várias vezes.

A questão das IPSS e das dificuldades que as mesmas apresentam, são por nós atendidas. Não temos disponibilidade para injetar nas IPSS todo o dinheiro que precisam, mas, naturalmente, temos acompanhado aquilo que é a sua ação.

O apoio aos jovens do nosso Concelho, como sabem, temos como objetivo a atração e fixação dos mais jovens e consubstancia-se naquilo que já muitas vezes repetimos, mas que alguns parece que não querem ver, com apoio monetário no que diz respeito ao pagamento das refeições e também às creches, mas também à Escola a Tempo Inteiro, são apoios importantes para os mais jovens, mas que têm outras linhas de ação, nomeadamente, a questão da habitação.

A habitação a rendas acessíveis. O problema da habitação, hoje, é um problema local e nacional. A habitação a rendas acessíveis faz parte dos nossos projetos e da nossa ação. Abrimos há poucos dias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

a proposta para a construção de um prédio, temos outros em projeto, assim que estejam feitos levaremos a concurso a execução dos mesmos.

Depois a Senhora Deputada, Ana Lourenço, coloca aqui um conjunto de questões e começaria pela Semana da Juventude.

Senhora Deputada, provavelmente, não passou pela Semana da Juventude durante os dias em que teve lugar? Então se passou, terá tido a oportunidade de ver aquilo que foi a dinâmica que está associada a esta Semana Municipal da Juventude, os vários intervenientes, jovens, sobretudo, diretos da Semana Municipal da Juventude, os vários livreiros. A Senhora fala disso de forma depreciativa. Ainda ontem, nos questionaram sobre a data da próxima Semana Municipal da Juventude porque querem estar presentes. Então o que é que isto significa? Se calhar, significa, que ninguém os procurou e que não fizeram nenhum negócio e por isso querem voltar para o ano, para terem uma nova oportunidade. E, portanto, dizia-lhe que os vários livreiros presentes, questionaram-nos, ontem, sobre a data da próxima edição para poderem estar presentes e também sobre a Feira do Empreendedorismo que ao que parece, a Senhora, desmerece. Devo-lhe dizer que estivemos a participar na Feira do Empreendedorismo um conjunto de personalidades reconhecidas a nível nacional, com experiência, mas também com exemplos de vida e empresariais muito importantes e que numa das sessões, durou mais de duas horas, muito mais do que aquilo que estava previsto que foi necessário interromper a atividade, tal era o número de questões e também a participação daqueles que assistiam acerca do tema que estava a ser tratado.

Portanto, se estávamos a falar, ou se estamos a tentar desmerecer, convinha perceber primeiro o que se passa e só depois fazer as apreciações que obviamente, são sempre bem-vindas e que respeitamos.

Pisos de relva sintética, o que está a acontecer? Temos um investimento de quinhentos mil euros que visa substituir relvados pelo menos dois com cerca de vinte anos que estavam em muito mau estado de conservação e, cuja, substituição, a Câmara levou por diante, demorou um pouquinho mais do que aquilo que prevíamos porque, efetivamente, não controlamos, de todo, em nenhuma circunstância, aquilo que são os concursos públicos, nomeadamente, a reclamação de concorrentes que tendo reclamado aquilo que era o resultado do concurso público, atrasou muito aquilo que seria o tempo para a conclusão deste mesmo concurso. Mas, como disse, é importante fazer acontecer e temos a força e a determinação para fazer acontecer, outros olham para o lado e assobiam. Nós fazemos e por essa mesma razão, estamos a substituir a relva que dentro de algumas semanas será nova e trará melhores condições para aqueles que praticam desportos.

Devo-lhe dizer que articulamos atempadamente com todas as Associações que praticam a sua atividade desportiva nos campos de relva sintética, tendo sido resolvidas todas essas situações e, portanto, a prática do treino, está a decorrer, não de forma normal, porque o normal seria decorrer nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

campos de relva sintética, mas está a decorrer com a normalidade possível, perante esta circunstância. Valorizamos a prática do desporto e criamos melhores condições para aqueles que o praticam.

Quanto à Academia de Futebol, já respondi, também estamos a fazer acontecer. Estamos a enrelvar a Pista de Atletismo e estamos a levar, por diante, um conjunto de ações que nos permitirão ter uma Academia de Futebol, em Castelo Branco.

Para sua informação também, a Federação Portuguesa de Futebol assinou protocolos com outras Associações e devo-lhe dizer que não estão mais adiantados do que estamos. Também gostaríamos de estar mais adiantados, mas estamos a fazer o nosso caminho de forma consistente.

Senhor Deputado Armando Ramalho, gostava de saber se o Senhor está do lado de Castelo Branco ou se está do lado de outros Municípios.

É que o nosso compromisso, Senhor Deputado, é para Castelo Branco e para com os albicastrenses.

O nosso compromisso é para garantir que Castelo Branco tenha água e tenha água potável de qualidade e, nesse sentido, faremos aquilo que nos compete fazer que é assegurar que água não falte nas torneiras dos albicastrenses.

O Senhor é muito novo, não se lembra, mas eu lembro-me bem de carregar o cântaro de água para que a água não faltasse em casa no dia a seguir.

O Senhor é muito novo e não se lembra e o Senhor Deputado António Fernandes não estaria em Castelo Branco, portanto, também não se lembra. É o seu riso que reflete o desconhecimento que esta situação. Mas, nós lembramo-nos e o Senhor Deputado, José Dias Pires, já aqui trouxe de uma forma muito clara e também o Daniel Almeida, aquilo que são as condicionantes associadas à Barragem de Santa Águeda.

Do que nos servia, como dizia, a Senhora Deputada Carla Massano, ter um investimento que é sempre importante e que também deixo aqui uma nota, o Executivo Municipal estará sempre do lado dos investidores e dos agricultores, em todas as circunstâncias. Ontem, por acaso, vi uma reportagem da SIC que abordou este assunto e fiquei bastante curioso, acerca do mesmo, um agricultor a queixar-se que a água não chegava para regar o feijão pequeno, quando não há muitos dias, um agricultor da mesma localidade, da Lardosa, me dizia que o feijão pequeno não pode ser regado porque se for regado ganha bicho e, portanto, perde-se o feijão. São estas coisas interessantes acerca destes aspetos que também importa registar. Mas, como lhe disse, a nossa determinação e o nosso compromisso é para com Castelo Branco e os Albicastrenses.

Quanto à Barragem do Barbaído, estamos a trabalhar para fazer a Barragem do Barbaído e assumimos o compromisso de fazer a mesma. Não é possível fazê-la em três anos de mandato. Seria tão interessante que isso acontecesse. Eu lembro-me do tempo que foi necessário para fazer a Barragem do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Alqueva, e as discussões associadas à mesma. Há quantos anos andamos a lutar pela Barragem do Alvito. Eu lembro-me daquilo que tem sido a luta dos alentejanos para a construção de barragens que lhes permitam ter pelo menos água para abastecimento humano.

Tanto eu, como a Senhora Administradora dos Serviços Municipalizados, já estivemos em várias reuniões, no sentido, de resolver a situação ao dar sequência à Barragem do Barbaído e os albicastrenses podem estar descansados que não fugimos das nossas responsabilidades e não deixaremos de executar aquilo com que nos comprometemos.

Daniel Almeida, do PS, falou também sobre esta preocupação com a água que é de facto uma preocupação. Voltando ao Rio Ocreza, acho muito estranho que haja tanta água para regar dois mil hectares. Já agora perguntava mais uma vez, porque nunca obtive resposta, por que razão um regadio com quase dois mil hectares?

Por que razão, o regadio, ou um projeto de regadio, foge a um estudo de impacto ambiental? Medo de quê? Fugir porquê?

Porque é que não se fez aquilo que devia ter sido feito?

Se está tão assegurada a existência da água, por que razão é que aquilo que é fundamental não se concretizou?

Por que razão, é que nunca discutimos aqui, numa Assembleia Municipal, a questão do regadio e a importância do regadio e aquilo que são as mais valias ou não, deste mesmo regadio?

Por que razão, é que os Deputados Municipais não foram ouvidos?

Por que razão, é que este processo fugiu, ou se desenvolveu à margem dos albicastrenses?

Caudal ecológico no rio Ocreza. O conceito de caudal ecológico é lato, afirmado pelo Daniel Almeida. É um caudal que visa ou que permite a existência de condições ambientais para a existência de vida.

Aquilo que vejo hoje no rio Ocreza, é muito longe daquilo que é este entendimento de um caudal ecológico.

Mobilidade. A mobilidade vai muito para além da Semana da Mobilidade, como sabemos. A Semana da Mobilidade foi um momento importante de fixação e ao mesmo tempo de sensibilização dos cidadãos no que diz respeito aos desafios da mobilidade.

A Câmara Municipal de Castelo Branco começou a trabalhar desde a primeira hora, no que diz respeito à mobilidade.

A Mobicab, o transporte, a pedido, foi um dos nossos compromissos durante a Campanha Eleitoral de 2021 e que muito rapidamente concretizamos e que hoje está a ser copiado por outros que à partida entenderam que é um projeto válido e com resposta às populações.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

João Pereira, o concurso de ideias para as antigas piscinas municipais e a participação da Delegação Centro da Ordem dos Arquitetos. Foi um desafio que lançamos à Delegação, colocaram-se várias possibilidades e neste momento, temos um concurso de ideias que se desenvolverá em duas fases. Numa primeira fase, sendo mais aberto, quem tiver condições para o fazer, os gabinetes de arquitetura apresentarão as suas propostas, depois dessa leitura e da aprovação dos projetos vencedores, passar-se-á para um momento que será o momento da execução.

Penso que é uma boa forma de entendermos e encararmos aquele espaço e de tentar encontrar a melhor solução para o futuro do mesmo.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo, quero-lhe dizer, antes de responder às suas questões.

Em primeiro lugar, a Câmara Municipal, através dos Serviços Municipais de Proteção Civil planeou dentro daquilo que é possível, o período mais crítico, em termos, de temperatura e de perigosidade ao nível dos incêndios.

O Senhor Coordenador Municipal da Proteção Civil, todos os dias, mediante aquilo são as condições do clima e as previsões, em termos, de perigosidade fez chegar aos diferentes intervenientes, nomeadamente, aos Presidentes das Juntas de Freguesia e de Uniões de Freguesia aquilo que são as condições e os alertas acerca das mesmas.

Na tentativa de prevenirmos ou de termos uma resposta mais atempada em situações críticas, já o ano passado de 2023 e também este ano, fizemos concurso para termos permanentemente disponível no período mais crítico, duas máquinas de rastos que como já dissemos, uma encontra-se localizada em S. Vicente da Beira e a outra em Castelo Branco. Foi essa disponibilidade e essa ação da Câmara Municipal que permitiu, nomeadamente, no incêndio que começou na Torre e depois prolongou-se até S. Vicente da Beira e também o ano passado no incêndio do Carrascal, termos muito rapidamente no terreno estas máquinas de rasto, hoje, consideradas fulcrais para aquilo que é um combate rápido e eficaz aos incêndios.

Como sabe, estive presente na Torre e nos vários locais, onde o incêndio lavrou e estive próximo daquilo que é o sentimento de perda, às vezes de desespero das populações, perante situações como estas que vivemos.

Em situações como estas e tenho que o reconhecer, importa muito a experiência dos nossos Bombeiros e elementos da Proteção Civil e a forma como encaram e ao mesmo tempo combatem o incêndio. Foi o que aconteceu mais uma vez no incêndio do Louriçal do Campo, em que tivemos um grande conjunto de meios e apesar da complexidade que se viveu, nesse domingo, e na segunda-feira, seguinte. O país de um momento para o outro ficou a arder, as solicitações foram muitas, mas tivemos a presença, na segunda-feira de seis meios aéreos, em Castelo Branco, que muito contribuíram para esse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

combate e para a eficácia desse mesmo combate. E esta esta prontidão, esta proximidade, não será estranho devido à existência do nosso Aeródromo Municipal. Foi a proximidade do Aeródromo que deu uma capacidade de resposta mais adequada possível ao incêndio do Louriçal. Ainda há poucos dias falava com o Senhor Coordenador Municipal de Proteção Civil de um Canadair que esteve sediado em Castelo Branco, a combater um fogo no Algarve porque tem uma autonomia de cerca de três horas, portanto, um Canadair para combater um incêndio no Algarve, demora cerca de uma hora no regresso, no momento do abastecimento demora mais uma hora para chegar a Castelo Branco, o que na prática só lhe permite ter uma hora aproximadamente de combate aos incêndios.

E, portanto, a existência do Aeródromo Municipal e o facto de termos captado para aqui os aviões Canadair, já o ano passado, também, com uma intervenção muito forte do Senhor Ministro da Administração Interna, termos trazido para aqui os dois aviões mais ligeiros Fire Boss que tiveram um papel extraordinário neste combate aos incêndios, são meios que importa salientar que muito nos ajudaram neste aspeto.

Quanto ao planeamento, como lhe disse, foi feito de forma atempada, alocando os recursos necessários a esta intervenção.

Quanto à ação dos Bombeiros Voluntários, como sabe, estiveram equipas, carros dos Bombeiros Voluntários muitas noites no Louriçal do Campo, de modo, a estarem mais próximos no caso de serem necessários. Essa proximidade e capacidade de resposta é do nosso ponto de vista importante e é para mantermos.

Temos que agradecer aos Bombeiros Voluntários essa disponibilidade, essa presença e deixar também aqui um voto de reconhecimento ao trabalho dos Bombeiros Voluntários porque, de facto, só quem está no meio de um incêndio é que percebe, o quanto é que aqueles homens arriscam, só quem está confrontado com a violência e com a rapidez da propagação das chamas é que percebe de que forma é que a coragem dos Bombeiros ajuda a salvar vidas e também os bens das populações.

Quanto à questão da erradicação das acácias, também reconheço que não correu bem. Não correu bem porque tivemos o azar com uma empresa que depois se veio a verificar que não tinha os meios ou a vontade para conseguir fazer o trabalho para que foi contratada. É uma situação complicada para nós, mas também para a população do Louriçal do Campo, tentamos em vários momentos resolver com a empresa, penso que já temos os meios judiciais acionados para encontrarmos uma solução para este caso, mas reconheço que é um problema que temos.

Quanto à casa que falou, penso que estará esquecido de alguma coisa. O senhor teve a resposta. Eu disse-lhe, não foi por escrito, mas para mim a palavra conta tanto como aquilo que está escrito. Eu disse-lhe que a casa não era da Câmara Municipal e por essa razão, a Câmara não poderia pô-la à venda, e não poderia ceder aos empresários um espaço que não é nosso. Foi-lhe dito a si e também aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

empresários e, portanto, não há nada a esclarecer acerca disso, não posso vender aquilo que não é meu e, portanto, não é por essa via que conseguia resolver esta situação.

O Senhor Deputado José Dias Pires, trouxe-nos novamente a questão do regadio que já aqui referi.

O Senhor Deputado Carlos Antunes, falou aqui sobre a questão das passadeiras, sendo que, tal como o Senhor Deputado Carlos Antunes, também tenho passado por muitas cidades, algumas capitais europeias e algumas de grande dimensão. Nesta perspetiva também aqui falava da utilização de lombas, utilizando as passadeiras supra elevadas, de modo, a conciliar as duas coisas. Fizemo-lo em frente, à Escola Afonso de Paiva por uma razão objetiva, de acordo, com aquilo que foi a avaliação dos nossos serviços, mas também aquilo que é a experiência diária do Senhor Diretor do Agrupamento, importava criar melhores condições de acessibilidade para peões, mas também rodoviária à Escola Afonso de Paiva. Aliás, a questão das escolas, na primeira hora da manhã, hora do almoço e fim de tarde, junto às escolas, é como sabem, crítica. Em dias como o de hoje, geralmente, não há problemas, em dias um pouco mais chuvosos os problemas agravam-se porque os encarregados de educação querem deixar os filhos à porta da escola e de preferência quase todos gostariam de levar o carro até dentro da escola e que a criança descesse à porta da sala, onde vai ter aula. De modo, a melhorar esta acessibilidade de pais e encarregados de educação e alunos, propusemos melhorar esta acessibilidade de pais e encarregados de educação e alunos, já foi deliberado em reunião de Câmara que a Rua José Palmeiro tivesse apenas um sentido, de modo, que do lado direito quando se vem do lado do pavilhão para a APPCDM servisse de paragem para que os pais pudessem parar e esperar pelos filhos, sendo que a faixa à esquerda é uma faixa de circulação. Quando nos foi apresentado esta proposta, ou quando estudamos esta proposta, a grande preocupação do Senhor Diretor do Agrupamento e também nossa, é que a faixa da esquerda pudesse ficar mais perigosa porque levaria a um aumento de velocidade, sendo uma via de sentido único. E foi em consonância com o Senhor Diretor do Agrupamento e também com os nossos serviços que decidimos elevar a passadeira em frente à Escola Afonso de Paiva que coincidiu com o início das aulas e não foi por nenhuma questão eleitoralista. O Senhor é que parece que vive obcecado com isso.

Nós não vivemos obcecados com questões eleitoralistas. Esta é uma questão objetiva e que visou dar resposta a uma necessidade que foi criada naquele momento, está resolvida e tanto quanto sei, está bem resolvida.

Presidente da Assembleia Municipal

Comunico à Assembleia Municipal como aconteceu mais uma vez, o Senhor Presidente da Câmara de uma forma pertinente, esteve aqui a responder a todas as questões que foram colocadas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

pelos Senhores Deputados. É aqui na Assembleia Municipal que estes esclarecimentos devem ser feitos e dando resposta a todas as questões que são aqui observadas.

De acordo com o nº. 7 do artigo 41º. do Regimento, em vigor, a Câmara Municipal pode intervir, para efeitos de resposta, em relação a matérias em que tenha sido visada, não devendo as suas intervenções exceder, globalmente, quinze minutos, salvo quando o Presidente da Assembleia Municipal considerar que o número das intervenções ou a complexidade do assunto, justifica o alargamento do período de intervenção.

Usando da prerrogativa que o Regimento me dá, enquanto Presidente deste órgão, o meu entendimento é que se justificou perfeitamente o alargamento.

Carla Sofia Massano Lopes Carvalho (PS)

Em relação ao IC31, o Governo do PS, o Governo anterior, assumiu o compromisso da construção do IC31.

Gostaria de perguntar, ao Senhor Presidente, se o atual Governo já deu alguma indicação acerca da manutenção deste compromisso?

Qual o ponto da situação?

E se mantem o compromisso da construção do IC31?

Presidente da Câmara Municipal

De facto, como disse, tivemos uma reunião com o Senhor Ministro das Infraestruturas, com o Senhor Presidente da Câmara de Proença-a-Nova, também com o Presidente do Conselho Intermunicipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Sertã, em que colocamos precisamente essa questão ao Senhor Ministro.

Recordamos quais eram os compromissos do Governo, anterior, falámos sobre a importância do IC31 para o território albacastrense, mas também para todo o país e devo dizer que o Senhor Ministro já tinha alguma informação porque a reunião foi previamente marcada e a agenda, era conhecida pelo mesmo e mostrou-se disponível para levar por diante este projeto. Portanto, existe por parte do Governo, em funções e, nomeadamente, do Senhor Ministro o compromisso de dar continuidade a este projeto. Ficamos, obviamente, e satisfeitos e agradados com essa atitude do Senhor Ministro.

Independentemente de ser o Governo do PS, ou do PSD, sabemos que é um projeto que vai demorar muito tempo, mas cá estaremos, somos pacientes e cá estaremos para ajudar o Governo, se nos solicitarem ajuda para concretizar o projeto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Armando Lopes Ramalho (SEMPRE-MI)

Face a algumas questões que foram colocadas e que entendo que só poderão ter vindo de alguém que não ouvi, provavelmente, porque estava a tentar cumprir o meu tempo, e não ouviram atentamente a minha intervenção, aliás, saúdo o Deputado João Pereira pela questão que referiu, talvez seja por ser segunda-feira e as pessoas às vezes pensam que vou dizer uma coisa e começam a fazer perguntas e a questionar aquilo que não disse.

Gostaria de dizer, em primeiro, que na minha intervenção, não tomei qualquer posição, limitei-me a solicitar que fossem disponibilizados estudos e que fossem fundamentadas as decisões. Eu, pessoalmente, e creio que todos os que aqui estão, deveriam ser contra o laxismo como foi referido.

Na minha intervenção, referi que se o Governo Socialista, aliás não referi, mas, objetivamente, e sabemos que quem aprovou o regadio da Gardunha foi o Governo Socialista e fundamentou, se não fundamentasse, aí é que acharia estranho. Fundamentou-se em pareceres e os estudos que existiam foram validados por entidades que considero idóneas e que não estão a defender e devem defender não só os albicastrenses, mas todo o país, no que se refere ao abastecimento de um recurso essencial como é a água.

Acho muito estranho que esses estudos que o Senhor Deputado Daniel Almeida aqui referiu não tenham sido disponibilizados às outras bancadas.

Agora, relativamente, àquilo que o Senhor Presidente referiu, sei que não é em três anos que se constrói uma Barragem, como a do Barbaído, mas três anos, com certeza, dava para ouvir os albicastrenses. Não fui eu que disse no início do mandato que iria ouvir os albicastrenses sobre este assunto. Daria com certeza para fazer um estudo de impacto ambiental e, infelizmente, como disse o Senhor Presidente já não sou assim tão novo, quando dizem que sou novo é sempre neste contexto.

Senhor Presidente, devolvo-lhe a pergunta que me fez há três anos, como referiu que esta questão do projeto do regadio da Gardunha, nunca veio a esta Assembleia, pergunto-lhe onde é que o Senhor Presidente Dr. Leopoldo Rodrigues andou na última década?

A Assembleia Municipal onde estava, não foi ouvida sobre este projeto? Não protestou?

Daniel António Guerreiro Almeida (PS)

Senhor Deputado com todo o respeito, acredito que muitas vezes, possamos não estar familiarizados com alguns processos, com alguns trâmites que sejam necessários, mas, por exemplo, tudo o que foi feito no domínio do regadio do Sul da Gardunha, foram estudos de viabilidade e uma das coisas que o Senhor Presidente aqui colocou foi, porque é que não se optou também numa fase posterior do estudo, fazer uma coisa que é essencial para a concretização de um processo destes que é uma avaliação de impacto ambiental, uma avaliação ambiental estratégica. Essa é a questão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Outra questão que também aqui coloco é, onde esteve o Senhor Deputado nos últimos dez anos, quando eram estes os Senhores Vereadores que estavam a liderar a Câmara?

Eu também não estou aqui há muito tempo, mas o Senhor Deputado talvez pudesse ser um pouco mais simpático, quando procura defender aqueles que talvez andaram a propagular alguns dos assuntos.

Por proposta da Mesa procedeu-se a um intervalo de 5 minutos.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1- Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal e situação financeira do Município.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30/09/2024

Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal

(alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 35.º do RAMCB)

- a) e b) **Atividades desenvolvidas pelas associações, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, bem como nas empresas municipais ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, e os resultados disponíveis de natureza económica financeira:** têm-se pautado pela normalidade, nada havendo a registar. Os relatórios de atividades e contas têm vindo a ser oportunamente remetidos, nos termos da lei, aos órgãos municipais.
- c) **Situação financeira em 19/09/2024:**
- i) **Saldo de Operações Orçamentais** – 40 919 113,74€
 - ii) **Saldo de Operações Não Orçamentais** – 2 178,87€
 - iii) **Valor em dívida em 19/09/2024** – 318 443,61€
 - iv) **Outros:**
 - **CMCB** – Ver anexo I.
 - **SMCB** – Ver anexo II.
 - d) **Reclamações:** Nada a assinalar.
 - e) **Recursos hierárquicos** – Nada a assinalar.
 - f) **Processos judiciais em curso/ fase processual atual** – Ver anexo III.

Presidente da Câmara Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Quero dar aqui algumas notas, foi dado conhecimento da síntese da atividade da Câmara Municipal a todos os Membros da Assembleia Municipal, desde a última Sessão da Assembleia Municipal de 28/06/2024, até há data quase de hoje, mas ainda assim, queria deixar aqui duas ou três notas, em termos de informação.

Tivemos este período marcado por um conjunto de eventos de grande dimensão no centro cívico da cidade, onde realizamos os Sabores de Perdição. De salientar a forte participação, por parte, dos vendedores ou dos empreendedores, mas também, por parte, dos visitantes que de uma forma muito interessante, ocorreram às atividades, fizeram compras, fizeram as suas refeições e divertiram-se.

Tivemos depois a Semana da Mobilidade com o impacto que também já foi referido e estivemos a decorrer até ao dia de ontem, a Semana Municipal da Juventude.

Continuamos a lançar um conjunto de projetos e de obras que refletem aquilo que é a atividade da Câmara e o impulso que estamos a dar a essa mesma atividade.

Trago aqui, não querendo ser exaustivo, mas porque considero importante um conjunto de adjudicações ou de contratos já assinados que queria referir:

- Conservação e reparação de edifícios (Casa das Artes e Ofícios, em Martim Branco), investimento no valor de €25.172,00;
- Requalificação da iluminação da Zona de Lazer, não se prende apenas com o enrelvamento dos campos, mas tem outras variáveis - Requalificação da iluminação dos campos de relva sintética a Zona de Lazer, adjudicação no valor de €148.490,00;
- Ligações elétricas das redes aos edifícios do Municipais, execução de ramais de baixa tensão também um concurso, no valor de €1300,00;
- Fornecimento de instalação de sinalização vertical com tecnologia led, no valor de €62.970,00;
- Substituição dos três relvados sintéticos na Zona de Lazer de Castelo Branco, adjudicação, no valor de €525.000,00;
- Reabilitação e adaptação do edifício da implementação da Escola de Chefs, no valor de €2.539,800,00;
- Requalificação do Pavilhão Industrial, sito no Lote 1 da área de localização empresarial - Beneficiação e conservação do interior, no valor de €148.880,11;
- Adequação da rede de gás e energia elétrica do lote 120, fração A-7, no valor de €9.301,00;
- Melhoramento e beneficiação da proteção do trânsito pedonal na cidade, no valor de €9.850,00;
- Requalificação do cemitério municipal de Castelo Branco que se divide em 2 lotes, para arruamentos, no valor de €90.000,00 e outro para a capela de €94,000,00;
- Conservação e reparação da sede da ACT em Castelo Branco, no valor de €3.440,00;
- Construção no cemitério de um cendrário, no valor de €9.970,00;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Requalificação do piso desportivo do pavilhão municipal da Boa Esperança, no valor de €112.000,00, uma obra que em princípio irá arrancar hoje;
- Reparação e beneficiação de habitações sociais no Município com um investimento de €39.732,00;
- Construção da Creche, cita no Bairro Violetas, em Castelo Branco, com um investimento de €2.110.000,00;
- Reparação e conservação da cobertura da parte exterior da Escola Amato Lusitano, no valor de €29.500,00;
- Melhoramento na área de lazer de Castelo Branco, arrelvamento do campo - Academia de Futebol, no valor de €501.999,00;
- Requalificação dos balneários do pavilhão da Escola Afonso de Paiva, no valor de €27.200,00;
- Conservação e beneficiação da ligação entre a rotunda da Igreja da Graça e a rotunda do Vale do Romeiro, no valor de €192.000,00;
- Requalificação do Centro de Recolha Oficial de Castelo Branco, no valor de €473.000,00;
- Ligação entre a rua da Fonte Nova e a Estrada Municipal, na Póvoa de Rio de Moinhos, no valor de €372.000,00
- Construção e reparação da sala do Ministério Público no Tribunal Judicial de Castelo Branco, no valor de €20.000,00;
- Fornecimento e aplicação de revestimento em betuminoso, no valor de €9.000,00;
- Reparação da piscina semiolímpica e tanque de aprendizagem, no valor de €9.927,00;
- Melhoramento e beneficiação de pavimentos, passeios e pracetas na cidade de Castelo Branco, no valor de €9.950,00;
- Substituição da Caixilharia da Escola do Primeiro Ciclo de Tinalhas e na Escola Básica da Granja, em Castelo Branco, no valor de €9.947,00;
- Beneficiação e ampliação do Cemitério nos Escalos de Cima, no valor de €685.000,00;
- Em Malpica do Tejo, a construção e reparação de edifícios do Centro de Apoio às Atividades da Natureza do Tejo, no valor de €32,000,00;
- Em S. Vicente da Beira, construção, conservação e reparação da Escola Básica Integrada de S. Vicente da Beira, no valor de €29.755,00;
- Adaptação de um espaço de sala de aula na Escola do Salgueiro do Campo, no valor de €8.936,00;
- Requalificação da Escola do Casal Águas de Verão, um investimento, no valor de €47.540,00.
- Requalificação da Escola Primária das Sarzedas, no valor de €14.000,00;
- Pavimentação da rua principal junto à Igreja da Lisga, no valor de €29.000,00;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- O Multibanco nas Sarzedas, no valor de €19.450,00;
- Em Tinalhas, beneficiação e pavimentação do caminho agrícola, no valor de €318.000,00;
- Nos Cebolais de Cima e Retaxo, arruamento e obras complementares de conservação e consolidação de muros, num valor de €39.500,00.

Ou seja, desde a última Assembleia Municipal de 28/06/2024, até à presente data a Câmara Municipal adjudicou obras no valor de €8.813.000,00. Estamos a falar de três meses complicados, em que é difícil pedir orçamentos às empresas, mas ainda, assim, lançamos e concluímos estes procedimentos, agora entraremos em fase de obra.

Para além disso, continuamos a dar apoio à escola e aos pais através do pagamento das refeições, um processo que está em velocidade de cruzeiro, também o pagamento ao nível das creches e, concluímos, com sucesso o concurso para a Escola a Tempo Inteiro, atempadamente, e com a colocação dos profissionais nos diferentes estabelecimentos de ensino.

De salientar aqui e com a articulação dos Senhores Diretores e com os Agrupamentos que se quer cada vez mais profunda, no que diz respeito a este aspeto, de modo, a não criar conflitos, por um lado, mas antes pelo contrário, encontrar soluções.

Em termos de informações são estes os aspetos principais que queria referir e, obviamente, estarei disponível para responder às questões, não esquecendo que entregamos aquilo que é a informação do Presidente da Câmara.

Queria deixar aqui mais duas notas, tem a ver com aniversários. Tivemos em março, no Dia da Cidade, a atribuição da Medalha de Ouro ao Benfica de Castelo Branco. Este fim de semana, teve lugar a Gala do Centenário.

Tivemos também a atribuição da Medalha de Ouro da Cidade, ao Conservatório Regional de Música. Vamos ter no próximo fim de semana, mais propriamente, no sábado, o concerto que encerra estas comemorações dos 50 anos do Conservatório e queria deixar aqui o reconhecimento da Câmara Municipal pelo trabalho que estas duas instituições têm vindo a realizar.

De notar também que tive a informação há poucos dias, por parte da Senhora Diretora do Conservatório Regional de Música de Castelo Branco que em termos daquilo que é a valorização e a pontuação atribuída pelo Ministério da Educação, este ano que está a iniciar, a avaliação é a melhor dos últimos muitos anos que retrata o trabalho que está a ser efetuado e a forma como o Conservatório Regional de Música de Castelo Branco desempenha o seu papel e a equipa que o está a dirigir.

Para concluir esta minha intervenção, quero dizer que estivemos nos Lentiscais, no sábado, passado, onde fizemos a inauguração do Centro de Apoio às Associações dos Lentiscais, uma obra muito bonita, funcional e que de certeza responderá àquilo que são as atividades das diferentes instituições dos Lentiscais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Durante o dia de sábado, também nos Lentisqueiros, teve lugar a atividade relacionada com o peixe do rio, promovida pela Junta de Freguesia, em parceria, com as Associações, uma atividade também bastante participada não só pelos lentisqueiros, mas por albicastrenses e não só.

Ernesto Candeias Martins (MPT)

Realmente, a atividade e como o Senhor Presidente, acabou de dizer, foi um período bastante complicado entre os nove milhões de empreitadas, comparativamente com os serviços que também como alguém disse que são tantas as festas... não sei porquê, algumas das propostas que vêm aqui, vêm sobre a hora, quer dizer, vem em agosto para depois fazer uma inversão no orçamento do Município. Penso que isso deveria ser previsto, um plano cultural e educativo dessas atividades porque são educativas e de grande civismo, não digo, não nego, até reafirmo, mas devia ser realmente calculada, semestral ou anualmente, mas enfim, tirando esse aspeto, Senhor Presidente há aqui umas coisas que os Senhores Deputados fizeram em algumas das suas intervenções, que o Senhor, no Plano de Defesa Florestal, gastou mais ou menos cento e vinte mil euros. Eu penso que está aí algumas das coisas que devíamos intensificar, tem que se prever que a limpeza de caminhos e tudo isso, tem a ver com aquilo que, infelizmente, nos afeta e nos aflige e que nos preocupa que são os incêndios, devia ser realmente mais amplo, assim como, também o caso, foi uma promessa sua, da requalificação da iluminação e a minha pergunta é precisamente, se vamos, por exemplo, a conta gotas quando devíamos diminuir...

Lembro-me que o Senhor disse, logo no início que “temos seis milhões de gasto energético a empresas que aqui o fornecem”. Havia a previsão de baixarem quatro milhões. Senhor Presidente não conseguiremos, isso também tem a ver com outros aspetos que aqui já foram discutidos que deveríamos discutir, não devemos meter a cabecinha só para criticar que são as energias alternativas e as concessões de interesse público, mas se não conseguirmos diminuir... sei que lhe apresentei uma proposta de tornar Castelo Branco, em perfazes, de autonomia energética, envolvendo cidadãos e os condomínios, saberá que só assim é que conseguimos diminuir este gasto exorbitante que o Município tem, em termos, de seis milhões que agora reduziu, é verdade, agora anda à volta dos cinco milhões, segundo o que tenho acompanhado, nestes dois últimos anos, mas isso já vem de trás. Quer dizer, não vamos agora dizer que as tecnologias já avançaram tanto e não foram de agora e, por isso mesmo, fica aqui a minha pergunta, se é para continuar esta requalificação da iluminação e se é também para as freguesias.

A minha outra questão, sobre a Creche das Violetas foi adjudicada, não sei quanto é que demora, se há dentro do Plano Municipal de Creches, propostas face àquilo que tem sido a preocupação das famílias a inscreverem-se e não terem lugar nas creches, há também uma harmonização e, por parte da Câmara, manter as empresas privadas, particulares, umas com sobrecarga, com muitas dificuldades, uma estratégia? É assim que conseguimos. Concordo que, efetivamente, com o cheque e todos os apoios



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

sociais, são bem-vindos, congratulo-me que se tenha decidido, nesse sentido, mas há muito a fazer e gostaria de saber se estão previstas outras construções?

João Filipe Dias Ribeiro (GHEGA)

Relativamente, ao ponto nº.1, quero fazer umas observações sobre algumas atividades.

Começo pela Feira dos Sabores e tenho aqui três pontos que penso que não foram pensados, e o primeiro, foi o anúncio da data. Soubemos um mês antes, mais ou menos, que se iria realizar a Feira dos Sabores. Agora já sabemos, com um ano de antecedência quando é que vai ser para o ano, mas esta foi anunciada em cima da data, inclusive, aconteceu com acontecimento marcado com um ano de antecedência que foi também a concentração de Motards, em Castelo Branco, penso que não foi de bom tom.

A outra situação, foi a falta de condições sanitárias, aqui na Assembleia Municipal, padecemos do mesmo mal, temos uma casa de banho para cinquenta pessoas, isto em qualquer empresa fechava logo, mas como é a Câmara Municipal, fica assim. Aconteceu exatamente o mesmo na Feira dos Sabores, não havia casas de banho, as que havia era das Docas e sabemos que é um local onde se bebe mais quantidade de líquidos.

Outra questão é, ao subirmos a Avenida General Humberto Delgado, ao cimo do Cine Teatro Avenida, vemos um Senhor pendurado na janela a assar frangos. É impensável que numa avenida mais emblemática da cidade, haja pessoas a assar frangos de baixo de um chapéu de sol. E, acrescento, na Feira dos Sabores, o posicionamento do palco, não aproveitaram o nosso anfiteatro natural e depois a colocação de som, qualquer pessoa que perceba um pouquinho de som e sou leigo na matéria, vi perfeitamente que ter só pontos de som no palco e não ter distribuídos pelo resto do recinto, para quem estava em frente à tenda não ouvia nada de jeito, portanto, um concerto que até seria bom, acaba por ser mau. Mas acho que é isto, mesmo que a feira tenha pouca adesão parece sempre que está cheia porque o espaço era pequeno. Não sei se foi essa a ideia ou não, mas parece-me que estas coisas foram pouco cuidadas e pensadas em cima do joelho.

Depois a Semana da Juventude, saúdo o evento, é muito importante, mas achei que a livraria estava escondida do resto, não estava integrada, pareciam dois pontos diferentes. Depois, vou usar uma expressão que é um bocado infeliz, aquele “barracão institucional” que estava ao fundo, aquilo não era uma tenda, era um barracão que tinha pouca dignidade, na minha opinião. Estou a ser o mais sincero possível, quando lá passei, parecia que era um barracão da rua, depois quando entrei é que vi que estavam lá as instituições.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O piso não estava em grandes condições, a tela que estava no chão, não estava bem, não valorizava o que se fez ali que foi de bastante valor. Parece, na minha opinião, que a Feira da Semana da Juventude não tinha sido pensada.

As condições sanitárias foram, exatamente, as mesmas que na Feira dos Sabores, parece que temos aqui alguma dificuldade em Castelo Branco, nos eventos, em proporcionar condições sanitárias dignas às pessoas.

Depois ainda outra situação, falou aqui da obra da piscina que saúdo, mas sei de atletas que conseguiram fazer o seu treino durante o período das obras. Gostava de saber se não havia uma alternativa no nosso Concelho para esses atletas fazerem esses treinos e dar as devidas condições.

Luís Manuel de Andrade (Presidente da Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras)

O tema que me traz hoje aqui tem a ver com a atividade da Câmara Municipal no que diz respeito a dois projetos: Bairros Comerciais Digitais, e a iluminação LED.

Bairros comerciais digitais é um projeto da Câmara Municipal de Castelo Branco destinado a qualificar e revitalizar o comércio tradicional através de incorporação de tecnologias digitais na atividade comercial. Havia financiamento no PRR, mas a Câmara de Castelo Branco falhou a submissão da candidatura, deixando por isso de ter acesso ao subsídio para financiar um projeto de elevada importância para o nosso comércio tradicional.

Disse o Senhor Presidente da Câmara Municipal nesta Assembleia Municipal que mesmo sem o apoio de cerca de dois milhões de euros, o projeto seria para implementar.

Senhor Presidente, as perguntas concretas e objetivas, para as quais gostaríamos que as respostas fossem também objetivas e diretas, são as seguintes:

Em que fase é que se encontra o projeto dos bairros comerciais digitais?

O que é que já foi feito?

Se ainda não foi feito nada, saber se ainda é para fazer ou se será para deixar cair.

Iluminação LED. Disse o Senhor Presidente da Câmara numa das primeiras Assembleias Municipais deste mandato (fevereiro de 2022) que a forma de reduzir custos energéticos seria substituir todas as lâmpadas por iluminação LED. Disse que era uma intervenção urgente e por isso não poderíamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

estar à espera das entidades gestoras para o fazer e que para ser mais rápido seria a Câmara Municipal e efetuar a substituição de todas as lâmpadas do Concelho, por iluminação LED.

A pergunta que formulamos ao Senhor Presidente é se está em condições de nos informar se já foi substituída toda a iluminação do concelho por lâmpadas LED, tal como disse na Assembleia Municipal de Fevereiro de 2022.

Catarina Isabel Ramos Proença (SEMPRE-MI)

A minha intervenção será sucinta e objetiva, enquadra-se na atividade municipal.

O assunto que venho abordar, prende-se com a elaboração de alguns pontos sobre o Plano de Investimentos para 2024, nomeadamente, com os pontos que ainda não apresentou até à data, qualquer valor da execução.

Venho assim, solicitar ao Senhor Presidente, o ponto da situação do Centro de Dinamização Empresarial e Cultural e questionar os prazos previstos para o projeto do Vale da Europa.

Deixo assim a questão em aberto se ainda iremos ver a realização destes projetos no decorrer do presente mandato.

Com elevada consideração e estima, desejo um bom dia a todos.

André Manuel da Silva Bernardino (PS)

No sábado deparei-me com a agradável notícia da inauguração do Centro de Apoio às Associações dos Lentiscais. Um equipamento, com um custo de aproximadamente 400 mil euros, que irá servir as coletividades da aldeia e que demonstra bem o investimento que o executivo da Câmara tem feito em todo o território do Concelho.

Sabemos que os novos projetos demoram a ser iniciados, desde a realização do projeto, da ida a concurso e da execução. É do conhecimento geral a complexidade de todos estes procedimentos, em particular daquilo que é a contratação pública.

No entanto, o Centro de Apoio às Associações dos Lentiscais é um bom exemplo de que se está a ver os resultados do trabalho de planeamento e preparação feito.

Podemos também ver outros exemplos de obras que estão já em execução ou prestes a entrar em execução:

- O centro de saúde de Alcains;
- O Bar de apoio à Praia Fluvial de Almaceda;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- A Beneficiação do Parque de Desportos Motorizados em Castelo Branco, com um custo de mais de 400 mil euros;

Não podemos esquecer as obras de manutenção de equipamentos fulcrais para Castelo, como:

- A substituição do revestimento das piscinas de Castelo Branco e Alcains e a reparação das instalações eletromecânicas dessas piscinas;
- A substituição dos relvados sintéticos da zona de lazer e a reabilitação da iluminação, obra com um valor de perto de 650 mil euros;
- O arrelvamento do campo pelado na zona de lazer por perto de meio milhão de euros.

Não poderei terminar sem referir os grandes projetos como a Escola de Chefs, a Creche das Violetas, a Unidade de Saúde Familiar da Nuno Álvares, o Edifício para habitação a custo acessíveis da Carapalha.

Perguntaria assim, ao Senhor Presidente em que fase de desenvolvimento se encontram esses grandes projetos que acabei de referir?

Antonio Augusto Cabral M. Fernandes (SEMPRE-MI)

Senhor Presidente da Câmara Municipal, gostava de agradecer a apresentação que nos fez aqui, em concreto, daquilo que foi a atividade do Município e que veio fazê-lo agora formalmente porque já fiz algumas críticas, relativamente, àquele que é o relatório que nos apresenta aqui, críticas construtivas e dirigidas ao Senhor Presidente, enquanto responsável máximo.

Contínuo a não compreender porque é que o relatório não tem um formato do Diagrama de Gant que é uma ferramenta básica de gestão que permite perceber qual é o estado de concretização de um determinado projeto.

Considero que gerir uma Câmara Municipal para um mandato, é um projeto e faria todo o sentido termos aqui um Diagrama de Gant, onde tínhamos as promessas e onde tínhamos já o cumprimento de parte dessas promessas, eventualmente, da plenitude dessas mesmas promessas. Mais uma vez fica aqui a minha sugestão e a minha crítica construtiva como sempre.

Depois, gostaria de fazer duas perguntas, uma é muito simples, qual o ponto da situação das ciclovias e também qual o ponto da situação da construção da ecopista de Cebolais/Alcains.

Gostaria também de fazer uma pergunta e, enfim, já em jeito de reflexão, qual é o ponto da situação da Câmara Municipal, relativamente, a Projetos PRR?

Penso que foi uma grande aposta do Governo, anterior, e deste também, de todas as instituições do Ensino Superior, algo que devemos, naturalmente, aproveitar porque li na página 108 do relatório, no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

que diz respeito à Creche das Violetas, um investimento de dois milhões e cem mil euros, sensivelmente, investimento público aprovado de trezentos e trinta e seis mil euros, portanto, qualquer coisa como 16%.

Depois, se for consultar a página do PRR e a monitorização dos projetos PRR, encontramos em Castelo Branco beneficiários do PRR com pagamentos já superior a um milhão de euros, temos uma empresa que se chama CEI DATA, que não sabemos o que é. Em rede louvável, temos o Instituto Politécnico de Castelo Branco e temos a Unidade de Saúde de Castelo Branco e, portanto, gostava de saber, qual é o ponto da situação ao nível de candidaturas que foram apresentadas, no âmbito, do PRR, se estamos ou não, a aproveitar esta oportunidade que é única porque ainda há dias estive na Câmara Municipal de Vila de Rei, a conversar com o Presidente da Comissão de Acompanhamento do PRR e dizia-me “impressionante a execução desta Câmara no que diz respeito ao PRR, oito ponto cinco milhões de euros, para Vila de Rei” e a seguir diz-me “dá mais de dois mil e quinhentos euros por cada habitante do Concelho de Vila de Rei”. Portanto, gostava de saber se estamos a aproveitar na generalidade, ou não o PRR, uma oportunidade que considero única.

E também gostava de saber porque não sei, não consegui ler neste relatório para além da componente C3, respostas sociais, onde aquela candidatura teve lugar e que foi aprovada com trezentos e trinta e seis mil euros, em sensivelmente, dois milhões e cem mil euros. Gostava de saber, para além daquelas candidaturas que outras foram feitas, foram preparadas porque temos outras componentes, como aliás, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, bem sabe.

E é isto que gostava de saber, pode ser hoje ou na próxima sessão, não tem, naturalmente, que ser hoje, mas gostava de saber concretamente no que diz respeito ao PRR, qual o ponto da situação da Câmara Municipal de Castelo Branco porque temo que estejamos a perder esta oportunidade única para esta década.

Maria Cristina Vicente Granada (PS)

Senhor Presidente da Câmara Municipal, após a sua intervenção, queria ainda acrescentar e perguntar, se sim ou não, quando se realizou a Semana da Juventude, a vinte e nove de setembro, no Parque Urbano da Cruz de Montalvão, com parcerias como o Instituto Português do Desporto e da Juventude, da Federação Nacional das Associações Juvenis, do Conselho Nacional da Juventude, Movijovem, do Centro de Cultura e Desporto da Câmara Municipal, com a participação na feira do livro, empresários, com participação de uma feira de empreendedorismo, destinada a jovens, com participação de entidades empregadoras presentes também para promover o emprego na cidade e no Concelho,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Em 21 de setembro, destacou-se um showcooking, com a vencedora do Masterchef Júnior, dedicado à juventude e à presença de famílias que contou, neste evento, com atuações musicais, teatro, dança, iniciativas lúdicas, formativas, com a presença de autores e desportistas olímpicos. Se quando a 15 de setembro, se promoveu o evento desportivo que já se repete, vai na décima primeira edição, a Corrida do Comendador Joaquim Morão.

Queria perguntar se a 7 e 8 de setembro, se promoveu o 10º. Torneio Desportivo Cidade Castelo Branco, promovido pela Associação Recreativa do Bairro da Boa Esperança e quando também entre 3 e 4 de setembro se promoveu a atividade o Fórmula Student nos Kartódromo de Castelo Branco?

E quando se promoveu o Festival dos Sabores que decorreu de 6 a 8 de setembro e que aqui foi tão falado, tão mencionado com a presença de músicos destacados à escala nacional, a fadista Mariza, a ex-vocalista dos Amor Eletro, também Marisa Liz, com diversas representações culturais, com a presença dos Bordados Castelo Branco que são o sucesso que temos junto da Unesco, sendo Castelo Branco reconhecida como cidade criativa e havendo ali vinte e quatro expositores com mostra destes trabalhos e entre outros artigos e artesãos de renome e destaque local.

Quando também, em agosto, houve cinema ao ar livre no Parque da Cruz de Montalvão e na Praça 25 de Abril;

Quando a 12 de agosto, se celebrou o Dia Internacional da Juventude com atividades no complexo de piscinas de Castelo Branco;

Quando também a 19 de agosto, chegou a 3ª. Etapa da Volta a Espanha que também incluiu Castelo Branco, envolvendo várias crianças que participaram num evento desportivo de ciclismo, destinado a famílias, crianças e jovens da cidade e do Concelho;

Quando em julho de 19 a 22, decorreu o Seminário “Arte, Paisagem e Turismo Sustentável”, na Fábrica da Criatividade. Esta longa descrição teve apenas o objetivo de nos recordar todas estas iniciativas, todas estas promoções de iniciativas com atores locais e externos que vêm enriquecer as iniciativas.

Se sim ou não estas iniciativas, Senhor Presidente se destinaram a promover o crescimento socioeconómico, educativo, cultural da cidade e do concelho?

Presidente da Câmara Municipal

Senhor Deputado Ernesto Candeias Martins, falou sobre vários assuntos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

No que diz respeito às verbas associadas à defesa da floresta, são bastantes maiores do que aquelas que mencionou e tem várias variáveis, se podem ou não ser reforçadas, temos que avaliar aqui o que estamos a fazer, os resultados que advêm daquilo que gastamos e depois definir o orçamento para o próximo ano.

Relativamente, às Creches, de facto, temos ainda que obter o visto do Tribunal de Contas para a Creche das Violetas e após obtermos as condições para iniciar as obras, estamos neste momento com projetos em desenvolvimento para a Quinta Pires Marques, uma Creche com Jardim de Infância que resulta de um compromisso, nosso, com a Obra de Santa Zita para que ficasse em Castelo Branco, e tentar encontrar condições para o desenvolvimento da sua atividade, no futuro, de oitenta e quatro lugares na Creche e depois mais setenta e cinco em Jardim de Infância. É um projeto que também já foi apresentado o Estudo Prévio, já foi validado e está neste momento em desenvolvimento.

A Creche de Alcains, também já foi apresentado o Estudo Prévio para a mesma, que visa a reabilitação de um pavilhão no antigo Ciclo Preparatório para que aí tenha também uma Creche, neste caso, com a capacidade para quarenta e duas crianças, estamos à espera do projeto final para podermos intervir.

Senhor Deputado João Ribeiro, do CHEGA, há aqui algumas imprecisões, acredito que por desconhecimento da sua parte.

Na Feira dos Sabores havia casas de banho e havia várias casas de banho, nomeadamente, ao lado do edifício que já foi o Quartel, estavam as casas de banho que são amovíveis, havia casas de banho próximas do evento e também casas de banho para pessoas com deficiência que foi um aspeto que também tivemos em atenção no que diz respeito ao próprio recinto da Feira, a possibilidade dessas pessoas participarem nas várias atividades. Relativamente, ao local onde estavam a assar os frangos, foi o possível de acordo com aquilo que é a estrutura.

Queria-lhe perguntar, o Senhor jantou na Feira? E estava bom ou não? Então é isso que importa. De facto, quem lá estava fez um belíssimo trabalho e aquilo que fizeram estava muito bom.

Relativamente, ao posicionamento do palco também não posso concordar consigo. Também não percebo nada de som e da divulgação do mesmo e da organização de espetáculos, mas não pense que não acautelamos essa situação. Antes de ser montado o palco, tivemos oportunidade de avaliar com os especialistas, qual seria a melhor localização para o palco e qual seria a melhor localização também para os elementos difusores do som e foi aquela solução que nos foi apresentada.

Eu até tinha outra opinião, mas como tenho menos conhecimentos, acerca de quem fez, confiei nessa pessoa ou na empresa que o fez.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Parece depreciativo tratar de barracão. Sabe que aquilo que diz que é o barracão, tivemos só no sábado e são entradas registadas, mais de vinte e duas mil, para não falar dos outros dias que segundo a informação que recebi, ainda não tinha acabado a atividade, por volta das 19 horas, já tinham entrado cerca de treze a catorze mil pessoas. Foi um espaço multifunções, onde estive a funcionar a Feira do Empreendedorismo e estive também o Gaming e que cumpriu bem o objetivo para o qual foi criado.

Parece-me que há aqui quem tenha esgotado as ideias e a capacidade de intervenção. Nós já discutimos aqui várias vezes os Bairros Comerciais Digitais, parece que há falta de assunto.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sto. André das Tojeiras, já explicamos o que é que sucedeu, relativamente, à candidatura, mas se quiser, explico-lhe outra vez, parece que acabou os temas e não tem imaginação para mais.

No que diz respeito à iluminação led, estamos a fazê-la.

Senhor Deputada Catarina Proença, faz aqui duas questões, Centro de Dinamização Empresarial. Se tiver uma empresa de arquitetura, esteja atenta porque no próximo mês, vai ser entregue, em princípio, quarta-feira, por parte do Departamento de Obras, o projeto que iremos lançar para o Centro de Dinamização Empresarial aqui para Castelo Branco.

Será um projeto que custará seiscentos mil euros, será um concurso público internacional e, portanto, esteja atenta porque vai ser de certeza um projeto interessante para concorrer, mas mais do que isso, um projeto interessante para Castelo Branco e para o futuro de Castelo Branco. Quanto ao Vale da Europa e seguindo aquilo que é a parceria da Câmara Municipal e a Ordem dos Arquitetos, no dia quinze de outubro, no Dia do Arquiteto, iremos lançar o concurso de ideias para o Vale da Europa. Já agora posso-lhe adiantar duas ou três ideias que virão no Caderno de Encargos, no Concurso de Ideias, apresento-lhe uma que será um espaço para a prática ligada à ginástica e, portanto, também poderá estar atenta e também poderá participar.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado André Bernardino, sim, temos muitos projetos em execução, temos muitos projetos que havemos de projetar, há aqui alguns que são importantíssimos por aquilo que representam.

Estou aqui olhar para o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alameda, depois de muitos anos a adiar, ou a “empurrar com a barriga” a ETAR de Alameda, fizemos um projeto inovador, já lançamos um curso para as condutas. Penso que também já foi lançado o concurso para a própria ETAR. É um projeto tecnologicamente avançado para resolver um problema gravíssimo na ribeira de Alameda que como disse, anda já há muitos anos a ser “empurrado com a barriga” ou melhor a não ter resposta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ainda no que diz respeito a projetos porque é importante falar deles e daquilo que não se fez e que é preciso coragem para fazer, tivemos a coragem de ir falar com as populações da Paiágua, da Paradanta e de mais duas, nomeadamente, na Grade, para resolver um problema de saúde pública que ninguém resolveu e que tem a ver com o fornecimento de água potável, tratada e monitorizada às populações e fomos falar com as populações, fomos ao terreno, fomos dar a cara, fomos lá quando se pensava que as populações estariam contra nós e fariam uma revolução. Nós fomos lá, com humildade, mas também com disponibilidade para conversar com as pessoas e estamos já a trabalhar nisso, em parceria com as populações, de modo, a que o fornecimento de água seja feito, cumprindo aquilo que legalmente somos obrigados a fazer, seja fornecido e motorizado pelos Serviços Municipalizados. Assim, é agir, é fazer, ir ao encontro das populações, tal como fizemos em Alcains, quando parece que o mundo acabava, quando todos os dias havia críticas pelo projeto de intervenção em Alcains, nomeadamente, no Largo de Santo António, também fomos lá e com a articulação da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alcains, marcamos uma reunião com a população porque é assim que resolvemos os problemas.

Foi também isso que fizemos, este fim de semana com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente da Beira, a propósito da instalação de um tanque para combate aos incêndios no local da Partida.

Quando a população se mostrou descontente com a solução adotada, com um investimento muito importante e voltando ao assunto, Senhor Deputado Ernesto Candeias, voltamos ao combate dos incêndios e à criação de condições para o combate aos incêndios e vamos colocar, na Partida, um depósito com a capacidade de 80 mil litros que dará para uma mancha florestal importante e acreditamos que nunca seja necessário utilizá-lo, mas que será um ponto de apoio importante e também fomos lá com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia e com outros elementos do Executivo, conversar com as pessoas quando estavam descontentes. É assim que fazemos, vamos lá, não nos escondemos aqui no gabinete à espera que a tempestade passe.

Senhor Deputado António Fernandes, tenho que dizer que a Câmara Municipal tem ido a todos os Avisos do PRR.

O Senhor sabe tão bem como eu, que o PRR teve vários momentos e teve um momento muito importante, onde claramente Castelo Branco ficou para trás, onde Castelo Branco esteve a dormir, onde Castelo Branco esteve completamente inativo que foi no momento de sinalizar os investimentos e era aí que se devia ter sinalizado a Creche, foi nessa altura que as Instituições e as Câmaras Municipais foram solicitadas para sinalizar projetos que devíamos ter sinalizado a Creche, não só a creche, mas um conjunto de investimentos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Câmara Municipal nessa altura esteve a dormir, não fez aquilo que deveria ter feito e como não fez aquilo que deveria ter feito, não tivemos condições para financiar. Aconteceu com a Creche o que aconteceu a si com a residência de estudantes, quando candidatou a residência de estudantes, numa primeira fase, não conseguiu aprovação, não conseguiu financiamento.

A Covilhã teve três ou quatro, Castelo Branco teve zero, mas tudo bem, tivemos uma segunda oportunidade e o Senhor até as tinha sinalizado, não teve foi o projeto em condições de ser sinalizado. Mas, nós não tínhamos isto sinalizado e não tendo sinalizado não podíamos ter financiamento, mas fomos concorrendo aos avisos e concorreremos à Creche já numa fase tardia, muito adiantada que foi agora à fase final para distribuir algum dinheiro que restava e foi aí que tivemos o financiamento de trezentos e tal mil euros, foi o possível porque o dinheiro já tinha sido distribuído antes. Aconteceu com o Município da Sertã e com outros.

Não fomos nós que estivemos a dormir. Nós fizemos aquilo que deveríamos ter feito e fazemos aquilo que nos é permitido fazer.

A Senhora Deputada Cristina Granada, trouxe aqui um conjunto de iniciativas da Câmara Municipal que mostra aquilo que fazemos, de facto. Fazemos muito e em diferentes áreas. Se nos pergunta, se isto contribui para as diferentes áreas da dinamização económica do Concelho, claro que sim. Contribui para a dinamização económica das Freguesias, para a sede do Concelho, contribui também para que Castelo Branco se afirme enquanto região e enquanto território e para aquilo que seja de melhor, seja conhecido pelas pessoas que nos visitam ou por aqueles que nos pretendem visitar e é por isso também que continuaremos a desenvolver esse tipo de atividades.

Antonio Augusto Cabral M. Fernandes (SEMPRE-MI)

O pedido é para ambos, para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal é uma exigência que lhe faço a si, é para que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não se volte a dirigir a mim na qualidade de Presidente do Instituto Politécnico.

Eu fiz-lhe uma pergunta que devia ter-me sido respondida. Porque é que só falou no Instituto Politécnico de Castelo Branco, desconhecendo, porque nunca me perguntou, quais foram as candidaturas que formulei? Porque é que tenho candidaturas aprovadas e outras não? Se me tivesse perguntado, tinha-lhe respondido, porque é o meu dever relacionar-me bem com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco. E naquilo que é o meu relacionamento entre as instituições, é meu dever responder



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco. Nunca me fez pergunta nenhuma, as candidaturas foram em 2022, na altura, este Executivo já estava, em execução.

Eu faço uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara na qualidade de Membro de um Grupo Municipal e o Senhor Presidente na vez de me responder à pergunta que lhe fiz, acrescenta e refere-se ao Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Eu não fiz candidatura nenhuma na qualidade de Membro do Grupo Municipal SEMPRE-MI, quem fez a candidatura foi o Instituto Politécnico de Castelo Branco, do qual, sou ainda o responsável máximo e, portanto, o sucesso ou insucesso de cada candidatura é da minha inteira responsabilidade.

Já uma vez tinha pedido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Neste momento, é ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que lhe peço, quando voltar a acontecer, seja o Senhor Presidente da Assembleia Municipal a ter uma palavra, perante o Senhor Presidente da Câmara. Lamento isto, lamento mesmo.

Presidente da Câmara Municipal

Senhor Deputado António Fernandes, não sei porque é que está tão indignado, quando foi o próprio, na sua intervenção que trouxe aqui o Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Foi o Senhor Deputado que na sua intervenção citou o Instituto Politécnico de Castelo Branco. Agora não somos dissociáveis daquilo que fazemos. O Senhor é Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco, portanto, nessa condição está aqui enquanto Membro da Assembleia Municipal, mas o Senhor continua a ser o Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco e referiu-se na sua intervenção ao Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Falei consigo e não foi de forma pejorativa, nem negativa, para lhe dizer que o Senhor sabe que houve um momento para sinalizar as intervenções, sendo que as candidaturas foram bastante mais tarde.

O Senhor sabe isso tão bem como eu.

Luís Manuel de Andrade (Presidente da Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras)

Senhor Presidente da Câmara, não sou eu que tenho falta de memória, não sou eu que não tenho temas para trazer aqui e é a primeira vez que trago aqui o assunto dos Bairros Comerciais Digitais.

A pergunta que lhe fiz dos Bairros Comerciais Digitais é muito simples e concreta. Todos sabemos que a candidatura falhou, mas não foi disso que falei. O Senhor Presidente disse aqui que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

mesmo sem apoio, o projeto iria para a frente e as perguntas que lhe fiz foi, se mesmo sem apoio, qual era o ponto de situação do projeto?

Relativamente à questão led, aquilo que o Senhor disse numa Assembleia Municipal, é que faria diferente daquilo que os Executivos anteriores tinham feito, ou seja, colocar a concurso todas a iluminações convencionais e substituí-las por leds. Foi exatamente isto que lhe perguntei, se estão a ser feitas? Se estão a ser feitas, sabemos que sim, mas por empresas comerciais que estão a tratar da distribuição e não foi isso que o Senhor disse.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)

Na intervenção do Senhor Presidente da Câmara, disse que houve pessoas que estiveram a dormir na Câmara, relativamente ao PRR e depois no final, disse que “não estivemos a dormir”.

A minha pergunta é simples, quem é que está no Executivo da Câmara Municipal de Castelo Branco, desde há vinte e tal anos?

Se houve algum interregno de Executivo?

Se realmente houve pessoas que estiveram a dormir, pedia-lhe, o favor, de me dizer porque estou há pouco tempo na política, e quem ouviu a sua intervenção ficou com a ideia que era um partido diferente que estava a governar e agora é outro.

Ponto 2 – Discussão e votação da proposta de “1º. Aditamento ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Castelo Branco e a União de Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo. Execução de Obras nos Edifícios Sede da União de Freguesias”. (Proposta nº. 27/2024)

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)

Penso que é pertinente e já era para ter feito o pedido, anteriormente, quando começamos, porque estava aqui o Senhor Vereador Paulo Moradias.

A minha questão é simples, vi que nas votações todas o Senhor Vereador João Belém, aparece como independente. Corrija-me se estou errado. A minha questão é, no início desta Assembleia que o Senhor Vereador estava a ser substituído pelo Vereador Paulo Moradias, se este é independente ou se é do Grupo do PSD?

Presidente da Assembleia Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Senhor Deputado João Ribeiro, aquilo que lhe posso dizer, é que na minha qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, não recebi nenhuma informação a dizer que o Senhor Vereador passou de representante daquela coligação para independente.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)

Então está aqui como Vereador da Coligação PSD/CDS/PPM.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar 1º. Aditamento ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Castelo Branco e a União de Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo para Execução de Obras nos Edifícios Sede da União de Freguesias, no valor de €23.627,40.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 1.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 3 - Discussão e votação da proposta de “Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras, no âmbito do “20º. Convívio dos Jovens com 65 anos e mais”. (Proposta nº. 28/2024)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras, no âmbito do 20º Convívio dos Jovens com 65 anos e mais, o apoio no valor de €10.500,00.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 2.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 4 – Discussão e votação da proposta de “Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Junta de Freguesia de Castelo Branco, no âmbito da Prova de Down Hill Urbano de Castelo Branco/Edição 2024”. (Proposta nº. 29/2024)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Junta de Freguesia de Castelo Branco, no âmbito da Prova de Down Hill Urbano de Castelo Branco/Edição 2024, o apoio no valor de €6.000,00.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 3.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de “Participação de IRS – Definição de Percentagem a Cobrar sobre os Rendimentos de 2025”. (Proposta nº. 30/2024)

Ernesto Candeias Martins (MPT) –

Senhor Presidente, como estes pontos têm a ver com pessoas faço logo aqui uma apreciação dos restantes pontos.

Quero dizer que vai manter a taxa mínima do IMI para o ano de 0,3%, claro que se justifica dentro do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, mas queria perguntar, se isto se agrava ou não para prédios urbanos degradados e também para os imóveis devolutos, sobretudo, no centro histórico e envolvente.

Em relação à variável do IRS que se prevê na Lei nº. 75/2003, de 3 de setembro, o Município, segundo o casamento que tem com outro Grupo Parlamentar, vai subindo de 0,3% para 0,4%, já no ano passado, perguntei porque não atingia os 0,5%, entendemos que este não é o caminho mais certo porque não resolve o problema da maioria das pessoas que recebem salário mínimo e por isso não pagam IRS, mas a verdade é que o Município precisa de dinheiro para iniciar obras e diria, a vertente social compensatória de quem realmente o faz.

Há necessidade e compreendo isso nos apoios sociais à população, servindo-se daquilo que considero de fazer justiça social e distribuir por mais quem precisa, mas, realmente, penso que não é essa a melhor forma. Sabemos que as famílias irão fazer melhor uso desse dinheiro que o Município realmente lhes devolve, mas creio que há aqui um desbaratar muito aqui e ali, distribuído num conjunto, realmente, em si mesmo. Não terá qualquer significado, nem benefício para a larga maioria os albicastrenses.

Por um lado, sei que quem ganha, é o que tem um rendimento anual bruto, à volta dos 8.500,00 ou 10.000,00 euros. Nenhum agregado familiar será obrigado a entregar a declaração, se não paga IRS, também não se vê atingido por isso, assim como também vai depender de diversos critérios, se paga ou não imposto, por isso mesmo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Agora há aqui um uma variável muito importante, temos no Concelho à volta de 17 mil pensionistas, quase um terço da população e claro cada uma das três pessoas albicastrenses são pensionistas e penso que isso também vai pouco realmente a seu favor.

Também podemos dizer que as declarações acima de 15 mil euros, são 20% dos contribuintes, também lhes vai afetar o que quer dizer que se resume até 5%, compreendo que tem esse compromisso com certeza para as eleições.

Em relação à taxa do IMI, compreendo e estive a fazer um rastreio a todas as Câmaras Municipais daquelas que se podem identificar connosco, mas aqui uma dificuldade relativa, sobretudo, ao que estamos a viver, de dificuldades de família e aí apelo à vertente social da Câmara que possa compensar.

Foi aqui dito por alguns Deputados que estão preocupados com os cuidadores informais e outras questões, essa é a questão, a atividade municipal, nesse sentido, dos apoios sociais compensatórios.

Fiquei aqui também com a isenção do imposto municipal sobre as taxas das transmissões onerosas de imóveis, na aquisição de imóveis, sobretudo, intervenções de reabilitação que se mantêm num prazo de três anos. Tenho aqui três perguntas, nesse sentido:

Em relação à derrama, qual é a redução da taxa e se me sabe explicar em relação às empresas?

A nossa ideia é que haja investimento, também é essa a pretensão da Câmara Municipal, a criação de emprego e, por isso, permite isenções às empresas, concluindo negócios que realmente possa depois trazer uma certa empregabilidade.

Gostaria de saber se, efetivamente, a derrama vai compensar o incentivo ou não porque se não, é um problema para a cidade.

Em relação aos proprietários em sede de IRS também vejo que para a reabilitação dos imóveis localizados, devia de haver aqui uma compensação, quer dizer, um incentivo até mesmo ao nível das Freguesias.

Também é verdade que há os arrendamentos passíveis de atualização que a Lei prevê, mas fica aqui um pouco a ideia geral que temos, não deixando de compreender que há benefícios fiscais e incentivos que realmente devem estar presentes, mas a questão daquilo que pode ser a minoração e a majoração do IMI... Quero dizer o seguinte, o caso dos prédios urbanos, arrendados, não sei qual é a percentagem, prevê-se que seja uma taxa bastante elevada, adequada ao nº.7 da Lei do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e depois a majoração da taxa de IMI em relação aos prédios degradados, portanto, conta com o nosso voto, só me irei abster em relação ao IRS porque penso que poderia chegar aos 5 %.



Presidente da Câmara Municipal

Em relação ao IRS este foi o compromisso que assumimos, estamos a cumpri-lo anualmente de acordo com aquilo que foi previamente estabelecido. De qualquer modo há aqui um aspeto que gostaria de mencionar, não cobramos derrama.

Relativamente, à Zona Histórica, veremos de que forma podemos ajudar melhor os cidadãos que lá vivem.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 15 abstenções, 14 do S-MI e 1 do GM MPT e restantes votos a favor, aprovar a participação variável de 1% do Município de Castelo Branco no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) a aplicar aos rendimentos de 2025, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 4.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 6 - Discussão e votação da proposta de “Imposto Municipal sobre Imóveis. Fixação de Taxa de IMI em 2024”. (Proposta n.º 31/2024)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a taxa do Imposto Municipal sobre imóveis com referência ao ano de 2024, em 0,3% para os Prédios Urbanos de acordo com a (alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do CIMI.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 5.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 7 - Discussão e votação da proposta de “Imposto Municipal sobre Imóveis. Definição de Dedução Fixa de IMI por Número de Dependentes a Cargo a Aplicar em 2025”. (Proposta n.º 32/2024)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, fixar a “Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2025 – Dedução fixa por número de dependentes”:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Prédios de sujeito passivos com dependentes a cargo (IMI Familiar) - Aplicação de dedução fixa atendendo ao número de dependentes (n.º 1 do artigo 1.ºA do CIMI):

Nº DE DEPENDENTES A CARGO	DEDUÇÃO FIXA
1	30 €
2	70€
3 OU MAIS	140€

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 6.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 8 - Discussão e votação da proposta de “Imposto Municipal sobre Imóveis. Aprovação da Prorrogação do Período de Isenção para 2025”. (Proposta nº. 33/2024)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a prorrogação por mais dois anos da isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar em 2025, conforme previsto n.º n.º. 5 do art.º. 46.º. do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 7.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 9 - Discussão e votação da proposta de “Estatuto dos Benefícios Fiscais (Artigo 44.º-B – Outros Benefícios com Carácter Ambiental Atribuídos a Imóveis). Redução de 25% da Taxa do Imposto Municipal sobre imóveis a vigorar no ano a que respeita o Imposto, a aplicar aos prédios Urbanos com eficiência Energética”. (Proposta nº. 34/2024)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, fixar a redução até 25% da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética, conforme o artigo 44.º. B, aditado pela Lei nº. 82D/2014, de 31 de dezembro, ao Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 8.



Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

**Ponto 10 - Discussão e votação da proposta de “3ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão).
Grandes Opções do Plano e Orçamento do Ano 2024, da Câmara Municipal de Castelo
Branco de Castelo Branco”. (Proposta nº. 35/2024)**

Presidente da Câmara

Para contextualizar esta Revisão Orçamental que tem a ver com uns projetos que estão à espera de Vistos do Tribunal de Contas, nomeadamente, da Escola de Chefes. Nós inscrevemos no Orçamento com um financiamento 2030. Acontece o seguinte, já abrimos propostas, já assinamos o contrato e já pedimos, naturalmente, o Visto ao Tribunal de Contas desta obra. O financiamento que temos previsto para obra, é de cerca de dois milhões de euros, ainda não podemos considerar porque o concurso ou o aviso do 2030 que nos vai permitir fazê-lo ainda não terminou. Portanto, tivemos que fazer uma Revisão ao Orçamento inscrevendo neste projeto verbas próprias, quando tivermos terminado a candidatura e o projeto, seja financiado pelo 2030, obviamente que os valores serão afetos à realização. É esta a razão pela qual, deixamos de ter um projeto financiado para passarmos a ter um projeto com verbas próprias.

Relativamente, aos outros projetos que também estão aqui em revisão, também tem a ver com a distribuição dos fundos. Já falei sobre a Creche, sobre aquilo que é o valor disponível para a Creche e que condiciona, obviamente, depois aqui as verbas próprias e o financiamento.

Armando Lopes Ramalho (SEMPRE-MI)

No que se refere a este ponto relativo à 3.ª revisão do orçamento da Câmara Municipal de Castelo Branco relativo, ao ano de 2024, constatamos da existência de um conjunto de investimentos que nas promessas eram considerados essenciais, que foram contemplados na previsão deste ano ou em orçamentos anteriores, mas que deixaram de ser de ser orçamentadas.

Assim, de entre muitas, constatamos que nada foi feito e não sabemos o que o Executivo preconiza para as seguintes obras, cujo investimento se encontra atualmente com zero euros de execução:

- Construção do complexo funerário de S. Marcos em Castelo Branco;
- Requalificação do cemitério municipal de Castelo Branco;
- Requalificação e beneficiação do parque de campismo de Castelo Branco;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Construção das bancadas da pista de atletismo e construção de pavilhão na zona de lazer de Castelo Branco;

- Construção da ecopista Cebolais de Cima – Alcains (fase 1);
- Requalificação da escola EB1 de Monforte;
- Projeto de passadiços na serra da Gardunha;
- Reabilitação e reconversão de “Lagar” e espaço Multiusos na Lousa.

No que se refere às receitas, assistimos à contínua diminuição das receitas provenientes de Participação Comunitária de Projetos Cofinanciados.

Senhor Presidente, é nossa perceção que o Executivo do Município de Castelo Branco, parece ser incapaz de se financiar através de candidaturas efetuadas no âmbito dos diversos programas nacionais ou comunitários disponíveis.

Assim, e porque se trata de um programa que só se iniciou em setembro de 2021, portanto dentro do atual mandato do executivo, exortamos o Sr. Presidente, a avaliar o financiamento obtido pelo Município de Castelo Branco no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), quando comparado com o obtido pelos municípios vizinhos da nossa região.

Pelos motivos referidos, os membros do grupo municipal do SEMPRE – Movimento Independente não votarão favoravelmente a presente proposta.

Presidente da Câmara

Há pouco esqueci-me de referir a propósito dos cuidadores informais, a “Autarquia de Castelo Branco foi distinguida com o selo de mérito do Movimento dos Cuidadores Informais” - Câmara Municipal de 25/02/2024, onde publicamos a notícia desta intervenção. Isto para dizer que temos felizmente uma extraordinária rede de apoio ao cidadão, sobretudo, ao cidadão com dificuldades que funciona de forma não visível, se assim, podemos dizer, ou de forma discreta, no sentido de apoiar aqueles que mais precisam.

Relativamente aos projetos, Senhor Deputado Armando Ramalho, o mais cego é aquele que não quer ver. O Senhor de facto não quer ver aquilo que está a acontecer em Castelo Branco. O Senhor não quer ver que estamos a agir em todas as áreas de acordo com o planeamento e ao mesmo tempo com estratégia. Apoiamos as pessoas e apoiamos as famílias, apoiamos através das refeições, das creches, da Escola a Tempo Inteiro e também através da devolução de uma parte do IRS.

Estamos a pensar nas famílias, quando lançamos pela primeira vez em Castelo Branco a construção de três creches de iniciativa pública, fazemo-lo porque constatamos as dificuldades dessas famílias em terem lugar numa creche e a forma como isso condiciona a vida das famílias, mas também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

a vida das empresas porque muitas dessas pessoas não podem trabalhar porque não têm onde deixar os filhos.

Estratégia que se consolida também com o lançamento, ou com incorporação de Castelo Branco, naquilo que diz respeito à habitação a rendas acessíveis. Estivemos desde a primeira hora disponíveis e integrados nessa estratégia e mais uma vez estamos a concretizar aquilo que é uma estratégia clara, objetiva e direcionada para os cidadãos, o apoio às famílias, o apoio às condições das famílias, mas mais do que isso, o apoio às famílias jovens que nos interessa atrair para Castelo Branco. Portanto, temos aqui de forma clara e objetiva a estratégia da Câmara Municipal e a forma como ela se concretiza.

Mas, mais do que isto, Senhor Deputado, famílias, cidadãos, melhoria da qualidade de vida, o Centro de Saúde de Alcains.

Sabe o que estava previsto para o Centro de Saúde da sua terra?

Sabe qual era o valor que estava previsto investir no Centro de Saúde na sua terra?

Sabe o que é que estava pensado fazer no Centro de Saúde na sua terra?

Um remendo que não permitia sequer resolver os problemas de acessibilidade. Um remendo que não dava condições de trabalho aos profissionais que trabalham no Centro de Saúde de Alcains. Um remendo que não permitia dignidade aos utentes do Centro de Saúde de Alcains.

Sabe o que prometemos? Um novo Centro de Saúde para Alcains.

Sabe o que estamos a fazer? Um novo Centro de Saúde em Alcains.

Sabe Senhor Deputado, há poucos dias, tivemos oportunidade de participar no aniversário da Unidade de Saúde Familiar que está a funcionar nas Violetas. Foi a Câmara Municipal que tomou a iniciativa junto da Unidade Local de Saúde de encontrar um espaço para concretizar um projeto que já tinha quatro anos e que estava na gaveta. Por essa via, estamos a dar resposta a um grupo de médicos, enfermeiros e profissionais de saúde que tinham um projeto para executar e que estavam impedidos de o fazer e estamos a dar resposta à população que usufrui desse Centro de Saúde.

Mas, não ficamos por aqui, Senhor Deputado, ainda na saúde, avançamos com a construção de raiz de uma nova Unidade de Saúde Familiar aqui mesmo na Avenida N' Alvares, aqui mesmo ao lado, local onde um médico importante e de referência do nosso Concelho exerceu a sua atividade, na moradia do Dr. Fernando Dias de Carvalho. Será aí que vai nascer uma Unidade de Saúde Familiar construída de raiz que mais uma vez vem dignificar os doentes e trabalhadores do setor da Saúde.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estratégia, planeamento e execução. Tivemos uma estratégia, planeamos as intervenções e neste momento, estamos a executar os projetos.

Complexo Funerário de São Marcos, um projeto com muitos anos, feito pelo Senhor Arquiteto Siza Vieira, com quem reuni no final do ano de 2021, ou início de 2022 para desatar um nó que tinha sido criado com a elaboração deste projeto. Que nó? O Arquiteto Siza Vieira não é concordante com a construção deste complexo funerário, se o espaço envolvente não for requalificado. Já foi dito, a três Presidentes de Câmara, mas estamos a trabalhar, nesse sentido, e mais uma vez, vamos ter a coragem de fazer e é isso que nos caracteriza, a coragem de fazer, enquanto outros fingiram que não ouviram nada e não levaram por diante a concretização desse projeto.

Nós vamos concretizá-lo, estamos à espera de que o Senhor o Arquiteto Siza Vieira nos faça a revisão do projeto para que possamos lançar a obra.

Gostaríamos que fosse mais depressa. Gostaríamos de ter neste momento a obra em execução, mas o Senhor Arquiteto Siza Vieira demora muito mais do que aquilo que gostaríamos e não posso ir para o seu gabinete, dizer-lhe que isto tem que andar muito depressa, já lhe telefonei várias vezes, mas não mando na vontade do Senhor Arquiteto Siza Vieira.

Depois, preste atenção àquilo que estamos a fazer, Senhor Deputado. E preste mais atenção àquilo que estamos a fazer para além daquilo que foram os nossos compromissos com os cidadãos de Castelo Branco. Aquilo que estamos a fazer, é dar resposta a problemas que, entretanto, foram surgindo, dar resposta às necessidades concretas e objetivas dos nossos cidadãos.

Empresas, Senhor Deputado, tivemos aqui, como dissemos a semana passada, duas novas empresas, projetos inovadores, projetos diferenciadores que acrescentam inovação e desenvolvimento e mais uma vez, a Câmara Municipal trabalhou de forma discreta, proativa, no sentido, de dar resposta a estas mesmas empresas.

Preste atenção, Senhor Deputado, porque nos próximos tempos, Senhor Deputado, o Senhor ficará surpreendido com aquilo que vai ver.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor, 17 do GM PS e 1 do GM MPT, 16 votos contra, 14 do GM SEMPRE-MI e 2 do GM CHEGA e 4 abstenções do GM PSD/CDS/PPM, aprovar a 3ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) e Grandes Opções do Plano e Orçamento do Ano 2024, da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 9.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ponto 11 - Discussão e votação da proposta de “Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Junta de Freguesia de São Vidente da Beira - Jornadas Europeias do Património – Atividade: A Ribeirinha da Infância”. (Proposta nº. 36/2024)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Junta de Freguesia de São Vidente da Beira - Jornadas Europeias do Património – Atividade: A Ribeirinha da Infância, o apoio no valor de €1.300,00.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 10.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 12 - Discussão e votação da proposta de “Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras – Apoio às Populações pelos Prejuízos Causados pelo Incêndio em Carrascal no dia 04/08/2023. (Proposta nº. 37/2024)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras – Apoio às Populações pelos Prejuízos Causados pelo Incêndio em Carrascal no dia 04/08/2023, no valor de € 30.000,00.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 11.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 13 - Discussão e votação da proposta de alteração do “Regulamento da Residência de Estudantes”. (Proposta nº. 38/2024)

Ernesto Candeias Martins (MPT)

Uma vez que aprovamos este Regulamento e foi aprovado segundo o Lei nº. 928/23 de 17 de agosto, fora aqui incluído uns pontos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estive a comparar alguns Regulamentos, não há muitos, mas fiquei aqui com alguma dúvida de diferenciação em relação a outro que é no artigo 8º. mensalidades, e não sei qual foi o critério, alguns descaradamente nem lá põem nada e estou a lembrar-me de Beja e depois é imputada essa mensalidade.

Gostaria de saber se foi esse o critério ajustado a essas características dos possíveis residentes? E não deixo aqui também de dizer que é um Regulamento que fazia falta já a algum tempo.

Aproveito para perguntar, qual é a situação das possíveis residências que estão previstas?

Os Senhores Deputados e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia/União de Freguesia querem saber o que o Senhor Presidente da Câmara tem pensado em relação àquela Residência da Fundação Carlos Gulbenkian? Já o fiz há um ano, mas fiquei sem saber, se é recuperável ou não, é um outro aspeto.

E também aquela Residência ali na Avenida N' Álvares, se tem a ver com hospedaria.

O que queria dizer aqui, há realmente um Programa Municipal de oferta de alojamento infantil, isto vem a propósito porque temos muitos estudantes, alguns vêm jovens, segundo os acordos com os países dos Palop? E se realmente, está previsto isso, escolas profissionais e outras instituições que fazem formação?

Penso que se tem que pensar bem, o próprio Município, foi aqui tanto falado, na apologia de apresentar este programa de alojamento estudantil a custos acessíveis, ao Plano de Recuperação e Resiliência, mas lembro aqui que o atual Governo tem medidas para o futuro da juventude e se a Câmara está a pensar naquelas medidas que o Ministro, fez a sua apologia, em termos, de alojamento estudantil.

Se há, efetivamente, alguma captação, alguma estratégia para também responder ao alojamento infantil que cada vez vai sendo mais necessário neste território.

Presidente da Câmara

Quero dizer ao Senhor Deputado Ernesto Candeias Martins que o valor das mensalidades decorre de legislação da própria Delegação Geral. Nós limitamo-nos a cumprir essa legislação.

Quero referir também que esta Residência de Estudantes, funciona muito no apoio aos alunos fora de Castelo Branco. São alunos do Ensino Básico e do Ensino Secundário dos vários Municípios, nomeadamente, de Idanha-a-Nova, Proença-a-Nova, etc., que, felizmente, nesta altura, não temos nenhum aluno do Concelho de Castelo Branco, o que significa que a mobilidade entre o local de residência e da própria residência concretiza-se com alguma facilidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Relativamente a outros projetos, temos tido uma situação para resolver na Fundação Calouste Gulbenkian, como provavelmente sabem, quando foram extintas as delegações escolares, aproveitou-se o facto de a residência ter dois ou três pisos devolutos, portanto sem utilização e foi colocado aí o arquivo da Direção Escolar. Temos estado a insistir junto da Delegação Regional do Centro no sentido de serem retirados esses documentos do espaço. A Senhora Delegada Regional ainda não conseguiu encontrar uma solução, felizmente, no outro dia, em diálogo, o Senhor Deputado José Alberto e também com o Senhor Diretor de Escolas N' Alvares, conseguimos identificar um espaço na Escola da Carapalha, uma arrecadação, onde temos condições para colocar este arquivo que como lhe disse está atualmente no Edifício da Residência de Estudantes Calouste Gulbenkian, o que tem estado a impossibilitar a concretização com maior celeridade este projeto que acreditamos, na próxima semana ter uma resposta para este problema.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração do Regulamento da Residência de Estudantes.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 12.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não foram registadas intervenções do público.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram 13 horas e 40 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.

O Presidente da Assembleia Municipal,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O 1.º Secretário,
